



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Bom dia a todos os senhores e senhoras presentes. Declaro iniciada a 1ª reunião de audiência pública de 2012 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater o tema *Parlamento Aberto: Transparência e Controle Social para um Congresso mais Colaborativo*, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2012, da CMO, de autoria deste Deputado, aprovado na 1ª reunião ordinária realizada no último dia 10 de abril.

Informo aos senhores e senhoras que está sendo distribuído aos presentes um aparelho de tradução simultânea. Peço a gentileza de que, ao saírem do recinto, o devolvam aos funcionários da Secretaria da Comissão.

Quero registrar meus agradecimentos ao nosso Diretor do Departamento de Comissões, Dr. Luiz Antônio Eira, por sua presença, a nossa amiga Cássia Regina, Diretora do Departamento de Taquigrafia, que já esteve aqui e retornará em breve. Quero também agradecer, na pessoa do Cristiano Ferri, Coordenador do Programa e-Democracia, toda a equipe, que foi fundamental para que pudéssemos proporcionar aos servidores da Câmara e do Senado este momento tão importante; na pessoa da Socorro, agradeço a toda a equipe da nossa Secretaria; na pessoa do Wagner, agradeço aos consultores na Comissão do Orçamento, tanto da Câmara como do Senado.

Quero dizer ainda que estou muito feliz com a presença de todos os senhores e as senhoras. Já disse várias vezes, e repito, que sou um admirador dos servidores e servidoras efetivos desta Casa, da qualidade do nosso grupo de trabalho, e dos servidores e servidoras dos gabinetes e das Lideranças, que têm acompanhado o nosso trabalho na Comissão de Orçamento. Durante o ano passado, quando, com o Dr. Luiz Antônio, eu tive a honra de coordenar o grupo de participação popular criado pelo Presidente Marco Maia. Eu era o único Deputado, e os demais componentes eram servidores da Casa. Estou muito feliz com a presença de vocês, por isso espero que hoje seja um dia muito importante para o Parlamento. Estão também presentes representantes de entidades parceiras da Casa e desta Comissão.

Temos a felicidade de receber hoje alguns dos mais importantes estudiosos, acadêmicos e especialistas da área de governos abertos e parlamentos abertos.



O Brasil sediou nos últimos dois dias a 1ª Cúpula Mundial do Governo Aberto, na qual o Brasil e os Estados Unidos coordenam um esforço mundial. Através do trabalho do colega Cristiano, tivemos a felicidade de receber nesta Casa os Senhores palestrantes aqui presentes.

Vamos produzir uma separata desta reunião para que sirva de instrumento de trabalho de qualificação da nossa atividade no Poder Legislativo.

Quero apresentar aos senhores o Sr. Tiago Peixoto, brasileiro, especialista em Governo Aberto do Banco Mundial; o Sr. Andrew Mandelbaum, Especialista em Transparência Legislativa do National Democratic Institute; o Sr. John Wonderlich, Especialista em Transparência Legislativa da Sunlight Foundation; o Sr. Felipe Estefan, representante do Banco Mundial para Assuntos de Transparência Legislativa, nosso amigo da Colômbia; o Sr. Alex Howard, Especialista em Governo Aberto, pesquisador em Transparência Legislativa; e o Sr. Gherardo Casini, Presidente do Global Centre for ICT in Parliament, das Nações Unidas.

Já tivemos a oportunidade de fazer um contato com o Sr. Gherardo, que é italiano, torcedor do Roma, time que já teve um jogador do Internacional de Santa Maria, Paulo Roberto Falcão, conhecido como Rei de Roma.

Passo, portanto, de imediato, a palavra aos senhores expositores e peço que falem alguma coisa sobre as entidades que representam antes de fazerem suas exposições. De resto, agradeço, mais uma vez, a todos os senhores e senhoras, especialmente aos palestrantes e desejo a todos uma ótima manhã de trabalho.

Sr. Tiago Peixoto, a palavra está a sua disposição pelo tempo de 15 minutos para fazer sua exposição inicial.

O SR. TIAGO PEIXOTO - Antes de tudo, Sr. Presidente, muito obrigado. É uma honra estar nesta Comissão. Vou começar minha exposição falando sobre o trabalho que realizamos, conforme sugeriu V.Exa.

Somos do Instituto do Banco Mundial, uma organização do Banco Mundial, onde parte do nosso trabalho é sobre governos abertos e sobre a utilização de tecnologias como meio para promover a participação cidadã e a transparência.

Creio que nossa conversa hoje vai ser sobre como a tecnologia pode facilitar esses processos ou como podemos aprofundar ou melhorar processos tecnológicos.



Quando abordamos esse tema, temos primeiro que nos assegurar que a tecnologia não é um fim, em si mesma, mas é, sim, um mero facilitador para as instituições. Quando vemos a tecnologia de modo diferente, normalmente as coisas não acontecem de maneira satisfatória.

Uma breve história: mais ou menos na época da Revolução Francesa, um engenheiro francês chamado Claude Chappe inventou o telégrafo ótico, também chamado de telégrafo napoleônico. Os sinais, que podiam ser vistos à distância, eram emitidos de uma casa que ficava no alto e passavam de um lugar para o outro. Naquele momento começou a ser possível comunicar ideias em tempo recorde.

Poucos anos antes, Jean Jacques Rousseau já havia falado em governo representativo e na necessidade de representantes, principalmente em países grandes.

Algumas pessoas naquele tempo ficaram entusiasmadas e falaram: “Bom, agora, com o telégrafo ótico, a democracia direta é possível. Agora, a gente nem precisa mais de representantes.” E houve um entusiasmo ao redor da tecnologia.

O que aconteceu, de fato, foi que a democracia representativa continuou existindo e o telégrafo ótico foi substituído por outras tecnologias. Por sua vez, com cada tecnologia e cada inovação tecnológica, sempre surgiu certo afã, certo entusiasmo com relação a como essas tecnologias podem melhorar os processos democráticos.

Do final dos anos 70 ao início dos anos 80, nos Estados Unidos e no Canadá, quando foi criada a rede local de tevê a cabo, houve também entusiasmo em relação à democracia. Pensou-se: “Agora, com a tevê a cabo local, a gente vai colocar a Câmara Municipal na televisão, os cidadãos vão poder telefonar e votar. Não precisamos de representantes”. De novo, e a cada vez é isso que acontece.

O que nós vemos, na verdade, ao longo do tempo, é que a tecnologia não muda as instituições. O que a tecnologia pode fazer é facilitar o funcionamento delas. Talvez muito mais importante do que ficar pensando diretamente na questão de se sobrepôr às instituições seja: qual é o papel da tecnologia em promover as instituições? Como é que a tecnologia pode facilitar, no caso do Legislativo?

Primeiro é reforçar a participação cidadã no processo legislativo sem o cidadão se sobrepôr ao legislador, mas, sim, como um fornecedor de informações,



de insumos, ao processo legislativo e, até — por que não? —, em alguns casos, participar diretamente.

Por que nós queremos a participação?

No discurso tradicional, a noção de participação é poder reforçar o elo entre representantes e representados. Mas isso parece uma questão muito normativa e, em muitos casos, é como um ideal. Porém, de forma prática, será que o cidadão percebe que, quando ele participa, essa participação é válida? Será que ele se sente representado? Será que ele percebe processos mais legítimos quando participa ou quando, mais importante ainda, talvez nem participe, mas sabe que tem oportunidade de participar? Será que isso influencia o cidadão?

Pouquíssimas pessoas sabem que em países em que o cidadão tem mais oportunidade de participar, independentemente da economia, cultura etc., a evasão fiscal é menor, o que demonstra que o cidadão é sensível à participação. Pouquíssimas pessoas sabem que maiores graus de participação tendem a reduzir maiores graus de evasão fiscal. Agora, o que isso importa ao Legislativo? Talvez isso seja mais importante para o Executivo, mas quero apenas dizer que existem referências sistemáticas a isso na literatura. É um fato bem documentado, que evidencia que o cidadão percebe os processos mais legítimos e fica mais disposto a colaborar com o Estado, inclusive pagando seus impostos. Então, por que a participação é importante para o Poder Legislativo?

Não vou emitir opinião própria, estou falando do que mostra a literatura sobre o tema.

Vários autores afirmam que no Brasil algumas assembleias legislativas têm maior capacidade de assumir seu papel de representação, de monitoramento, e assim por diante, do que o Executivo. Alguns defendem que essa capacidade é em função de as assembleias legislativas terem canais de participação ou de criarem mais canais de participação popular, o que acaba alavancando o conhecimento do povo e propicia ao Legislativo ser mais capaz de ter uma relação dialética com o Poder Executivo, que é a natureza da relação entre as duas instituições.

Há 4 anos, quando eu ainda era pesquisador, [p2] estive nesta Casa para dar um curso. Na ocasião, a Câmara estava começando a dar um passo que quase ninguém conhecia, com o projeto e-Democracia, que, diga-se de passagem — aqui



no Brasil nós temos a expressão “santo de casa não faz milagre” —, é reconhecido internacionalmente como um dos processos mais interessantes na área de democracia eletrônica.

Quais seriam os próximos passos para a Câmara, que está inovando, mas nos últimos 4 anos, com o e-Democracia, amadureceu em termos de tecnologia, de conceituação — como conceituar participação. Essas são questões difíceis, que têm de ser aprendidas, principalmente quando se quer ser pioneiro. A dor do pioneiro é a de ter de errar mais.

Quais seriam os próximos passos para a Câmara? Eu diria que seria continuar líder na área da democracia eletrônica é uma questão institucional, ou seja, há que se pensar numa reforma institucional da participação. O que eu quero dizer com isso? Como iremos criar canais de participação digital, se a participação do cidadão é reconhecida como um efeito?

Estou falando de algo muito simples, e, ao mesmo tempo seria uma revolução institucional na participação no Brasil, que significa autenticar a participação do cidadão por meio da Internet.

Tentar evitar a participação do cidadão pela Internet, não autenticar ou não considerar isso válido — eu estou fazendo uma referência ao Projeto Cidadão Digital — poderia indicar, de certa forma, que a Câmara não está acompanhando o passo. É mais ou menos como se falássemos que todo mundo tem de cozinhar em fogão a lenha, que comida só é boa se feita em fogão a lenha. É boa, é claro, mas há outras tecnologias e elas são usadas. Agora, as instituições é que escolhem se devem ou não acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Podemos acompanhar ou não. O cidadão já fez a sua escolha; já está lá. Agora resta saber se as instituições querem encontrar o cidadão nesse local.

Não quero me prolongar muito. Então, eu gostaria de deixar uma mensagem para que os senhores pensassem — é mais uma sugestão, pensando na tecnologia e na participação — sobre quais os mecanismos institucionais que podemos formular para utilizar o potencial oferecido pela tecnologia. No entanto, a tecnologia sem canais institucionais faz muito pouco. Nesse caso, a Internet para o sistema representativo vai ter destino semelhante ao do telégrafo napoleônico, ou seja, os ideais não vão se realizar.



Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Repito que estão à disposição dos senhores e das senhores os aparelhos de tradução simultânea. Quem quiser, pode usá-los pois, a partir de agora, vamos ouvir nossos convidados e talvez alguém precise da tradução.

Registro a presença da Sra. Sônia Hypolito, Secretária da Comissão de Legislação Participativa, junto com a Sra. Áurea. Eu tive a honra de presidir essa Comissão, que é pioneira na discussão da legislação participativa nesta Casa. Seja bem-vinda. Muito obrigado por sua presença.

Passo a palavra ao Sr. Andrew Mandelbaum, especialista em Transparência Legislativa do National Democratic Institute, para que faça a sua manifestação.

Desde já, agradeço mais uma vez a V.Sa. por ter atendido ao nosso convite. Estamos muito honrados em recebê-lo.

O SR. ANDREW G. MANDELBAUM (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Honoráveis colegas da Comissão e cidadãos do Brasil, muito obrigado pela oportunidade de comparecer a esta Casa. É, de fato, uma grande honra estar aqui.

Meu nome é Andrew Mandelbaum. Sou Especialista em Transparência Legislativa da National Democratic Institute, uma organização não profissional, com sede em Washington, que está em mais de 60 países com o intuito de reforçar instituições democráticas ao redor do mundo. Para conseguir isso, nós trabalhamos com outras organizações, com partidos políticos, com legisladores, executivos e outras pessoas interessadas.

Eu trabalho com um time de governança e nossa organização ajuda os escritórios regionais e nossos legisladores com, mais ou menos, 25, até 30, pessoas ao redor do mundo com diferentes capacidades. Nós ajudamos os cidadãos a se engajarem nesses processos legislativos e a trabalharem com seus representantes. Também estou envolvido, em muitos dos nossos trabalhos, com o monitoramento dessas organizações de transparência.

Eu gostaria de mencionar que trabalhamos com muitas associações como — por exemplo, a Copa das Confederações — para utilizar novos padrões de gestão democrática e transparente. Quero trazer uma ideia do que significa um parlamento



mais transparente, falar um pouco mais do que isso significa, trazer valores para os cidadãos.

Então, espero que vocês consigam entender um pouco da apresentação que vou fazer aos senhores.

Vou falar rapidamente sobre as características dessas PMOs [P3] que são Parceria para Governo Aberto, quais são os desafios e os próximos passos a serem dados. Tudo isso é baseado em pesquisas que eu conduzi no meu departamento e também no Banco Mundial.

Como vocês podem ver, por exemplo, no *link* ao final do eslaide, há mais ou menos 109 organizações que monitoram mais de 180 Parlamentos ao redor do mundo. Isso é uma prática muito comum no mundo. Vocês podem ver também que há mais na América Latina do que em qualquer outro lugar. Estão sendo monitoradas mais ou menos 42 em pelo menos 13 Parlamentos, e talvez estejam mais presentes no Oriente Médio e na África Subsaariana.

A maioria das organizações que fazem o trabalho de monitoramento estão presentes em parlamentos nacionais, mas também em parlamentos regionais e subnacionais. Por exemplo, em câmaras estaduais e em assembleias legislativas.

A função dessas organizações é desenvolverem os ICTs, isto é, as tecnologias da informação e comunicação. São plataformas *on line* que vão ajudá-los a se engajar com seus representantes no processo legislativo, esclarecendo o que acontece nos seus parlamentos.

Vou citar mais ou menos cinco tarefas feitas por essas organizações.

Em primeiro lugar elas agregam informações; depois elas conseguem informações dos parlamentos e trabalham no sentido de ajudar os cidadãos a, pelo menos, entenderem o que está acontecendo, o que, obviamente, não é muito fácil. Depois disso, avaliam os membros do parlamento e as instituições como, por exemplo, comissões e comitês. Em seguida, tentam ver quão abertos são os parlamentos. Muitas dessas análises são feitas a pedido dos próprios parlamentos, para que as informações sejam dadas diretamente aos parlamentares e aos cidadãos. Muitos deles também fazem trabalho de advocacia, se assim podem ser chamadas, apologias para engajar o cidadão ao parlamento.



Para termos uma visão do que ocorre em redor do mundo, mostro aqui uma organização francesa como exemplo. As organizações estão focando um assunto específico e vão dizer quais são os partidos políticos que estão discutindo determinado assunto. Do lado direito, se clicarmos em alguma palavra-chave, podemos ver em que lugar essas palavras foram mencionadas nos relatórios e nos discursos proferidos no parlamento. Elas também mostrarão *links* para todos os documentos elaborados. Dessa forma, torna-se fácil encontrar leis que sejam relacionadas entre si, ajudando o processo de descobrir a legislação, não apenas partes dela, mas o corpo inteiro de leis que envolvem determinados assuntos.

Na América Latina, há outra excelente rede de 15 organizações que monitoram o Parlamento, em cinco países (Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México). Eles estão trabalhando juntos nesse projeto de parâmetro para transparência, com a participação dos cidadãos nos Parlamentos, olhando, por exemplo, para a estrutura regulatória, para a transparência, para a capacidade de a administração do orçamento ser transparente e para a gestão do processo legislativo. O *site* é transparencialegislativa.org.

Agora um exemplo de uma sociedade do Reino Unido que faz pesquisas para apoiar diretamente o Parlamento. Eles são uma ONG. Essas auditorias de engajamento político são pedidas anualmente. É uma pesquisa que eles conduzem a fim de ajudar o Parlamento a saber quão bem-sucedidos eles têm sido e a alcançar realmente o cidadão, em que eles devem focar. Geralmente eles analisam mais amplamente; depois são mais pontuais, focam num momento do ano. Essa tem sido uma grande ferramenta para os Parlamentares e também para os gabinetes entenderem como chegar mais perto dos seus cidadãos.

Também falando um pouco sobre a própria biblioteca, às vezes eles acham que eles são as únicas pessoas que vão dizer que... mas os legisladores também querem representar os seus cidadãos e deixar de representar apenas a si mesmos.

Outras dessas organizações também fazem apologia, divulgando algumas ideias como estas aqui. Essa palavra árabe acredito mais que seja, na verdade, um compromisso, porque, durante o seu período de campanha eleitoral, eles pedem aos candidatos que assinem os compromissos e, basicamente, incluam nesse compromisso algumas palavras como “*Quando eu for eleito, eu vou ajudar a criar,*



por exemplo, alguma coisa sobre ética". É um termo de compromisso que eles acabam assinando.

Mais um exemplo de engajamento de cidadão também no Reino Unido, de uma sociedade... Durante a campanha eleitoral, eles criaram uma ferramenta para ajudar os cidadãos a engajar seus membros no Congresso e também descobrir exatamente o que eles fazem e quais são as suas posições, porque nem sempre é tão fácil descobrir essas coisas. Havia questões locais. Para isso então, os cidadãos entravam no *site* e escreviam as perguntas, o que eles gostariam de saber sobre determinado local, ou um dos distritos. Eles tornavam isso mais interessante para o cidadão. O cidadão, para participar, também tinha acesso a redes para saber o que os outros Constituintes estavam recomendando, quais eram as respostas também. E havia questões nacionais colocadas por especialistas, acadêmicos, professores para ajudar os Parlamentares a se tornarem mais comprometidos com o cidadão. Então, há várias histórias de sucesso. O que eles na verdade desenvolvem é um senso de transparência, de responsabilidade, com prestação de contas do que eles estão fazendo.

Mais alguns exemplos de sucesso, em Uganda, por exemplo, na África. O Instituto de Liderança da África elaborou esse cartão para avaliar a qualidade da participação dos seus cidadãos. Eles foram melhores ainda. Na Alemanha há um caso. Lá membros do Parlamento pagam algumas pessoas para que entrem em seus *sites* e deem informações, *feedback* dos seus trabalhos. Mais de 90% de membros do Parlamento alemão respondem a perguntas do cidadão. Esses são alguns exemplos apenas.

Essas organizações que monitoram têm obviamente muitos desafios. Por exemplo, 60% delas, aliás, perdão, um terço delas tem pouco acesso a informações dos Parlamentos. Esse é um desafio crítico para eles. Talvez esse seja o maior desafio que eles mencionaram, muito maior do que a questão de financiamento e recursos.

Também há uma necessidade para essas *networks*, essas redes, porque fazem muito sucesso, mas nem todas as organizações de monitoramento são bem-sucedidas, então elas estão usando táticas abusivas às vezes, em vez de tentar engajar-se ao Parlamento e apoiá-los.



As MPOs, que são essas organizações, também trabalham com outras fundações. Na América Latina, por exemplo, elas trabalham com o Banco Mundial e com instituições voltadas para a transparência governamental.

No fim do mês, vai acontecer uma conferência cujo objetivo é reunir essas organizações para que compartilhem suas práticas e tentar desenvolver novas campanhas de apologia e apoio à transparência governamental, além de trabalhar com Parlamentos para obterem acesso à informação parlamentar em âmbito nacional.

Nós também trabalharemos no desenvolvimento de tecnologias e ferramentas para que as MPOs e os Parlamentos possam beneficiar-se delas, bem como de todas as práticas que estão sendo criadas, como dissemos aqui.

A razão pela qual vim a Brasília, num primeiro momento, além de participar desta reunião, foi participar da conferência sobre parcerias de Governos abertos, porque queremos que os Governos se comprometam a ser mais transparentes. A pergunta levantada é: como o Parlamento pode estar mais envolvido nesse processo? Obviamente ele é crucial para quaisquer reformas que qualquer Governo deseje fazer. Setenta países já se comprometeram. Então essa é uma grande oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Sr. Andrew, por sua manifestação.

Hoje à tarde, receberemos delegações da Moldávia, da Tunísia, da Macedônia, do Quênia e de Montenegro, que acompanharão a representação do Banco Mundial, para conhecer o trabalho da nossa Casa, os nossos projetos. Essas delegações, repito, hoje à tarde, conhecerão o trabalho que nós desenvolvemos na Casa e nossos projetos, principalmente de interação.

Passo a palavra agora ao Sr. John Wonderlich, especialista em transparência legislativa da Sunlight Foundation, para que faça sua manifestação. Peço também que se apresente e fale um pouco a respeito da sua entidade.

A palavra está à sua disposição.

O SR. JOHN WONDERLICH (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Obrigado.



Bom dia. Meu nome é John Wonderlich, eu sou Diretor da Sunlight Foundation.

Antes de falar sobre a fundação, gostaria de agradecer à Comissão e ao Congresso brasileiro o convite para esta nossa visita. Também gostaria de dizer que é uma grande honra falar sobre alguns trabalhos que estamos desenvolvendo nos Estados Unidos em parceria com o Brasil. Inclusive, nesta semana, num encontro, nós tivemos a oportunidade de nos reunir com brasileiros e com o Governo americano para tentar fazer com que mais Governos se comprometam a ser mais abertos. Portanto, é uma grande honra estender minha visita aos senhores.

Gostaria de compartilhar um pouco das nossas experiências como americanos e como uma ONG focada na transparência. A Sunlighth Foundation, minha organização, tem apenas 5 anos, somos uma organização relativamente nova. A Sunlighth foi fundada em 2006, portanto, temos quase 6 anos.

Primeiro, a maneira como o poder estava sendo trabalhado, como estava sendo colocado em Washington deveria sofrer algumas mudanças. Esse era o ponto. A primeira ideia então foi oferecer um prêmio, digamos assim, a jornalistas; faríamos uma seleção de artigos que falassem sobre o tópico. Mas quando falamos com os jornalistas sobre isso, eles disseram que já existiam prêmios para esse fim, mas que, se quiséssemos saber sobre os trabalhos que mais influenciavam, precisávamos dar às pessoas mais acesso a informação. Então, nós criamos um prêmio para o jornalista que trabalhasse em artigo que falasse sobre transparência.

Em 2006, a transparência já existia fazia muito tempo, havia décadas, mas foi a primeira vez — pelo menos para nós — que foi fundada uma organização focada especificamente na transparência e também em tecnologia, porque essa realmente era a força motriz para lidar com essas funções.

O que nós observávamos em relação a transparência é que ela envolvia poder, substância, influência, o trabalho do Governo e também o uso de tecnologia para mudar efetivamente o entendimento que o cidadão tinha do Governo.

Para atingir esses objetivos e ter um Governo mais transparente, a ideia era observar as tarefas realizadas efetivamente pelos Governos. Primeiro, o nosso diferencial é que tínhamos muitos especialistas, tecnólogos que estavam preocupados em desenvolver programas para que os cidadãos estivessem mais



próximo do Governo. Nós tínhamos, em nossa equipe, pessoas que estavam desenvolvendo programas, *softwares*, enfim.

Aqui estão dois exemplos breves com relação a isso. O primeiro, no contexto do Parlamento, diz respeito a uma plataforma que nós construímos para o Android. Temos aí um aplicativo que se chama Congress. Aqui temos informações de projetos de leis, emendas, leis. Se vocês forem aos Estados Unidos, se vocês forem membros do Congresso, podem simplesmente colocar o endereço, e é gratuito. Já foi baixado milhares de vezes, o que, na verdade, para nós é um grande sucesso.

Esse tipo de função, na verdade, não é tão nova, porque existem vários *websites* que já fazem isso, mas muitas vezes nós temos de pagar por isso; aí está o nosso diferencial.

Parte da ideia que está por trás do nosso trabalho é que nós queríamos que as pessoas tivessem acesso direto, digamos assim, ao trabalho que estava sendo feito no congresso. Nós não achávamos correto que as pessoas que tivessem dinheiro tivessem mais acesso a essas informações.

Temos outro exemplo relativo à ferramenta que nós construímos. Vocês podem acessar a sunlightfoundation.com e ver vários projetos e trabalhos que nós estamos desenvolvendo.

Nós temos outro *website* onde vocês podem ter acesso aos trabalhos de alguns políticos e de algumas empresas. Então, em outro exemplo, nós colocamos a Lockheed Martin, que é um contratante bastante importante. Vocês podem ver aqui o montante de recursos que Lockheed Martin destina para campanhas nos Estados Unidos, que pode ser de 200 milhões de dólares em 10 anos, e podem ver quanto eles gastam em *lobby*, que pode ser 200 milhões de dólares em 10 anos, e também podem ver quanto eles recebem em contratos com o Governo, que são 3 bilhões em três anos, ou provavelmente muito mais.

Vocês podem ver que esse é o tipo de informação que nós consideramos que vocês teriam de acessar não só de forma isolada, mas também de forma contextual. Esse é o tipo de informação que nós consideramos valiosa para o público e que deve ser vista de forma conjunta com outros dados. Obviamente não está perfeita. Nós temos alguns pontos críticos para incorporar, por exemplo, algumas identidades de algumas organizações, mas essa é a visão que nós temos para conectar



informações públicas importantes, para que as pessoas possam entender como o poder realmente está sendo trabalhado.

Um ponto muito importante para a *Sunlight* diz respeito ao funcionamento do Congresso. Inicialmente, um dos nossos pontos focais era a influência política. Então, nós reunimos muitos esforços para tentar trabalhar a divulgação das atividades relacionadas a *lobby* e também relacionar essas atividades a recursos, informar quem está doando, como o dinheiro está sendo usado nas campanhas, enfim.

Como vocês devem saber, nos Estados Unidos há muita polêmica sobre como essas campanhas funcionam, e cada vez mais nós temos menos proteção e menos transparência com relação aos doadores de recursos para campanhas políticas. Assim, muitas vezes há 4 ou 5 bilhões de dólares que podem ser usados numa campanha eleitoral. E como nós não temos muita transparência, não sabemos exatamente quem está pagando o que para qual campanha.

Também dentro do Congresso, consideramos muito aquele cidadão que quer simplesmente saber o que está acontecendo no Congresso. Se a pessoa estiver *online*, a ideia é que ela se engaje nas atividades que estão sendo publicadas. Inclusive, nós acabamos de lançar um estudo que diz que o Congresso faz trabalhos bastante interessantes, mas existe uma lacuna que está relacionada aos Comitês e suas audiências. Eles deveriam ser mais transparentes, mas simplesmente não o são. Então, tentamos pressionar essa parte do Congresso.

Nós também tentamos rastrear e acompanhar as transcrições, as emendas, os projetos de lei para que as pessoas saibam melhor o que o Congresso está fazendo. Então, estamos também enfocando informações mais confiáveis e fornecidas em momento oportuno, em tempo o mais real possível.

Também estamos desempenhando um papel, tentando fazer melhorar o Congresso e a sua relação com o público. Esse é um ponto crítico, muito mais do que aquelas atividades relacionadas aos Comitês. Por exemplo, quando as negociações deveriam ser levadas a público e quando não? Essa não é uma pergunta fácil. Obviamente, há alguns pontos, algumas atividades no Congresso que deveriam ser publicadas e não foram, e também algumas negociações que deveriam permanecer em contexto privado e não permaneceram. Então, estamos tentando



traçar uma linha divisória em alguns casos. Com o que podemos concordar é que nós precisamos de mais engajamento para que os cidadãos possam ser vistos como seres mais ativos. Obviamente, isso pode fazer com que protejamos mais os interesses do público.

Esses são pontos complicados. Acredito que isso é uma das coisas que aprendemos à medida que a Internet vai sofrendo transformações. A nossa expectativa está maior do que antes. Não é certo simplesmente publicar um documento a cada 6 meses e dizer que está tudo publicado, que as pessoas podem ter acesso. Não, a nova expectativa é que, se a informação ou se os procedimentos são públicos, então eles devem estar *on-line*, diretamente. É por isto que estamos pressionando, para que isso esteja plasmado numa lei, para que os documentos não sejam simplesmente arquivados, mas, sim, publicados na Internet. Isso é mais ou menos o tipo de trabalho que a nossa fundação faz.

Não sei muito mais sobre transparência no contexto brasileiro, mas, da minha perspectiva e experiência, as nossas expectativas estão crescendo, a transparência está cada vez mais importante. Também há um ponto bastante crítico, porque envolve tanto o comprometimento, quanto a atenção para encaminhar esses problemas sobre como as informações devem ser compartilhadas e como devem ser colocadas *on-line*.

Estou muito contente em estar aqui com os senhores e em poder compartilhar essas informações.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Nosso muito obrigado ao amigo John por sua manifestação.

Registro que identifiquei a presença e a participação da Deputada Cida Borghetti, do Paraná; do Deputado Felipe Maia, do Rio Grande do Norte; do Deputado Vanderlei Siraque, de São Paulo; do Deputado Nazareno Fonteles, do Piauí; do Deputado Paulo Rubem Santiago, de Pernambuco, e do Deputado Amauri Teixeira, da Bahia. Esses foram os Parlamentares cuja presença entre nós identifiquei.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Estefan, representante do Banco Mundial para Assuntos de Transparência Legislativa, a fim de que faça sua exposição. Desde já



Ihe agradeço o ter atendido gentilmente ao nosso convite. A palavra está à sua disposição.

O SR. FELIPE ESTEFAN (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Bom dia. Perdão, o meu português não é tão bom quanto eu gostaria, mas eu espero, falando em inglês, que seja o.k.

Bom, obrigado, Sr. Presidente Pimenta, pelo convite, que aprecio muito. E também agradeço a todos os representantes do Senado e da Câmara. É muito importante que tenhamos esta conversa. Também gostaria de dizer que agora estou acompanhando as atividades no Twitter. É interessante que nós possamos estender essas comunicações *on line*.

E também estou muito ansioso para responder as suas perguntas. Fiquem à vontade para me interromper, se os senhores quiserem, ou, depois da minha apresentação, os senhores também podem acompanhar o meu Twitter; o endereço é o meu nome: Felipe Estefan, e eu ficarei muito contente de responder quaisquer perguntas ou comentários.

Bem, eu gostaria de começar com uma história que sempre me surpreende muito. É a história de dois irmãos. Não sei quantos dos senhores cresceram com irmãs e irmãos, mas eu tenho uma irmã e um irmão. Enquanto nós estávamos crescendo, um de nós estava fazendo algo que não era muito correto, não era tão errado, mas não queríamos que os nossos pais soubessem. Então, o problema não era que nós estivéssemos fazendo algo, mas sim que não poderíamos contar isso aos nossos pais. Então, eu gostaria de dizer que existem muitas pessoas que seguem esse mesmo tipo de raciocínio. Eles vão dizer: "Por favor, não digam o que nós estamos fazendo", embora não estejam fazendo algo 100% errado.

Muitas vezes nós dizemos que não temos a tecnologia apropriada, não é o momento ideal, mas se qualquer pessoa diz: "Por favor, não digam nada sobre o que eu estou fazendo", na verdade, de fato, o que está acontecendo é que ela está, sim, fazendo algo errado. E gostaria de abrir a minha apresentação com isso porque acredito que essa seja uma boa lembrança sobre a linha de raciocínio que eu quero seguir aqui.

Bem, a minha apresentação vai ser sobre o engajamento, mais do que a abertura em si, porque acredito que o nosso estágio da abertura está mais



relacionado com o engajamento. Então, eu vou falar muito rapidamente sobre três pontos que eu considero serem os novos estágios do chamado engajamento, e que foram o resultado da reunião em que nós estivemos presentes nos últimos 2 dias, o que eu acredito que é bastante relevante para os trabalhos que os senhores estão fazendo. E também vou concluir com a importância do intercâmbio de conhecimento e do papel que todos nós devemos desempenhar quando nós falamos de uma agenda legislativa aberta.

Vou começar aqui falando sobre por que eu considero o engajamento um novo estágio da abertura. Acredito que a abertura não é e não pode ser o destino final. Não, a abertura possibilita-nos ter uma maior participação, uma maior eficiência, e também permite que todos os três Poderes do Governo possam oferecer melhores serviços e condições para os cidadãos. Acredito que a questão é o impacto que a agenda tem na vida diária dos cidadãos. Esse, na verdade, é o ponto focal. Pensando aqui em termos gerais, a agenda global aberta tem sido muito eficiente, em termos de abrir várias portas, mas nós seremos mais eficientes se enfocarmos quantas pessoas estão de fato atravessando essas portas agora abertas.

Nós começamos a perceber que temos, por exemplo, alguns portais, alguns *sites* que as pessoas não estão visitando. Eu pergunto: por que é que as pessoas não acessam esses *sites*? Por que as pessoas não estão simplesmente acompanhando os *lab streams*, os *streams* ao vivo? Essas são questões chave. Estamos falando de coisas da nossa vida diária.

Eu acredito que nós estamos sempre enfocando a questão da oferta, e não da demanda, no contexto da abertura. E acredito que o problema é mais agudo ainda para os legisladores, mais crítico. Acredito que é difícil fazer com que as pessoas se engajem, com relação ao que está acontecendo nessas salas. Na minha experiência, eu que cresci em Bogotá, na Colômbia, nós tínhamos lá algumas aulas em que os professores diziam o que o Congresso fazia, o que eles aprovavam, como eles aprovavam, e na verdade eles só falavam disso na escola.

Nós não sabemos muito o que está acontecendo nesses lugares, nós não sabemos, simplesmente. Nós não visitamos tanto, nós não sabemos de muitas pessoas que estão lá, trabalhando, e não temos uma mídia robusta para



acompanhar as atividades. Se perguntamos às pessoas, na rua: “O senhor sabe quem é o seu representante? O senhor poderia nomeá-lo?” Muitas vezes as pessoas dizem: “Não, não sei”. Então, eu acredito que, para todos nós que estamos muito comprometidos com essa agenda, o problema de termos as portas abertas mas as pessoas não as cruzarem, na verdade, é muito difícil, porque o problema não é as pessoas atravessarem as portas, mas sim convidá-las para dentro das salas. Então, acredito que existam diferentes estágios para a legislatura aberta, e esse é o foco.

Bom, um ponto é começar a ensinar às pessoas o que se está fazendo e a utilidade do que se está fazendo. Esse é um ponto importante, quando falamos de legislatura aberta. Acredito que exista todo um movimento para uma maior participação no Brasil, um país que tem um histórico muito interessante, nesse sentido. Então, perderíamos esta oportunidade se nós não falássemos sobre a importância da parceria, para que todos entendam o que está acontecendo aqui, para que possam demandar mais conteúdo e procurar engajar-se ainda mais nos procedimentos abertos.

Outro ponto que também devemos enfatizar, em termos de engajamento e abertura, está relacionado aos processos legislativos, processos que fazem com que essas pessoas tomem as decisões, processos pelos quais elas vão tomando essas decisões. Acredito que na América Latina, embora haja vários projetos muito interessantes sendo efetivados no México e na Colômbia, no meu país, na verdade podemos esforçar-nos mais para que os cidadãos saibam quais são as propostas que estão sendo decididas ou aprovadas. Acredito que tudo está relacionado com as deliberações e as implementações das decisões que são votadas por esses membros.

Acredito que o Brasil está fazendo sua tarefa, está realizando conquistas fantásticas, cada vez mais abertas, está colocando cada vez mais vozes para que as pessoas entendam quais são as vozes que ainda não fazem ou fizeram parte do contexto mais geral, e isso por razões históricas, e a ideia é fazer com que nós engajemos cada vez mais diversidade de vozes nesse processo.

Bom, esses são meus pontos com relação ao engajamento, mas eu também gostaria de falar sobre o que eu penso. Como nós vimos, na reunião dos últimos 2



dias, tudo isso está muito relacionado com as atividades que os senhores desempenham, e também com a oportunidade de engajamento que está sendo trazida aqui. Muitas pessoas aqui, incluídos muitos membros, participaram do painel sobre a legislação aberta, e uma das lições que eu aprendi é a de que, quando estávamos falando sobre governo aberto, dentro do contexto da parceria, do governo aberto, além disso, e para além disso, nós não podemos mais pensar sobre o governo aberto somente no contexto legislativo, ou somente no contexto nacional.

Bom, eu acredito que nós temos muitos desafios, com relação a como nós podemos estruturar isso, mas acredito que nós devemos realmente focar como o Governo envolve os legisladores, o Poder Judiciário e também os Governos locais e estaduais, para que esses processos possam ser coordenados e todas as partes possam ajudar-nos a avançar de forma conjunta. Nós não podemos trabalhar de forma isolada, de nenhuma maneira. Acredito que exista uma grande oportunidade para o Poder Legislativo, deste e de outros países, avançar no patamar das ações nessa área.

Uma grande questão foi levantada ontem. Alguém perguntou: “Vamos dizer que o Poder Executivo se comprometa com essa parceria e o Poder Legislativo não a aprove; o que fazemos?” Na verdade, eu nunca tinha ouvido essa pergunta. Na verdade, essa é uma pergunta fantástica, porque está levantando o debate sobre qual é o tipo de estrutura que nós queremos para uma abordagem sistêmica, a fim de envolver aqueles membros do Legislativo, dentro dessa parceria para o governo aberto. Bom, de qualquer maneira, eu gostaria de ouvir muitos comentários dos senhores, a partir dessa pergunta. Eu acredito que os senhores estão fazendo uma tarefa fantástica, e também acredito que nós podemos engajar mais cidadãos, no patamar estadual e no patamar municipal. Se nós realmente queremos engajar mais e mais cidadãos, nós precisamos ter um contato cada vez mais direto com aqueles cidadãos que nós queremos engajar. Portanto, quaisquer ideias que os senhores tenham serão muito bem-vindas.

Eu concluo aqui, com uma mensagem muito breve, com relação a intercâmbio de conhecimento: nós sempre vamos ter algo para trocar, e sempre vamos ter algo para aprender. Os senhores ouviram o que John disse sobre os Estados Unidos, sobre o Congresso dos Estados Unidos. Embora o Congresso tenha muitos avanços



com relação ao governo aberto, nos Estados Unidos as audiências da Suprema Corte, do Supremo Tribunal de lá, ainda não estão sendo publicadas *on-line*. Então, a ideia é sermos humildes, para que possamos aprender e trocar cada vez mais informações, independentemente do país a que se pertença e no qual se viva.

Nesse sentido, eu gostaria de falar um pouco também sobre o Instituto do Banco Mundial e a nossa visão sobre essa troca de informação e desenvolvimento. Nós consideramos que estamos num estágio, num momento em que temos num novo paradigma de desenvolvimento e um novo paradigma de governança. O desenvolvimento não é mais uma questão entre o Norte e o Sul, de simplesmente nos dizerem: “Vocês têm de fazer isso”, ou de simplesmente nos imporem as soluções: “Bom, eu vou dizer, porque nós somos tão bons, com relação ao que nós estamos fazendo...” Não, nós não estamos mais nesse estágio de desenvolvimento. O mundo mudou, como muitos dos meus colegas já disseram. E nós consideramos que o conhecimento na verdade está em qualquer lugar. Então, nós devemos focar a troca de informação Sul-Sul, ou Sul-Norte, para que vários países do Sul possam ajudar países também do Sul em seus pontos críticos comuns.

Bem, acredito que isso também significa que estamos num estágio no qual a governança não pode ser simplesmente referida como governança, mas também deve ser vinculada à abertura, ao governo aberto. Aqui nós estamos falando não somente sobre a oferta, mas também sobre a questão das demandas, ou seja, sobre como nós podemos capacitar o cidadão, e como podemos capacitar também os membros do Parlamento, para que eles possam engajar-se mutuamente cada vez mais e ter conversas cada vez mais robustas e fluidas.

Acredito que o Brasil, neste modelo de troca de conhecimento, na verdade desempenha um papel muito crucial. Os senhores têm conquistado muito, e nós podemos aprender muito com os senhores. E o Brasil também pode aprender muito, a partir de outros exemplos. E refiro-me ao que Tiago e Andrew já disseram. A ideia é de que o Instituto do Banco Mundial possa facilitar esse processo de troca de informações. O engajamento de troca de informação dentro da América Latina é crucial nesse sentido.

Bem, eu sinto-me muito orgulhoso e contente de falar sobre esse tópico a partir da América Latina, porque acredito que nossa região está avançando muito,



mostrando muita vontade política, muito engajamento dos cidadãos e muito engajamento dos membros do Parlamento, para que realmente possa ir além da abertura, rumo a um engajamento realmente robusto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Felipe, representante do Banco Mundial para assuntos de transparência legislativa.

Tem a palavra o Sr. Alex Howard, que falará sobre transparência legislativa. Desde já lhe agradeço a gentileza de atender ao nosso convite e nos proporcionar sua presença aqui hoje.

O SR. ALEX HOWARD (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Bom dia. Por favor, perdoem-me; porque sou fraco em português, eu vou ter de falar em inglês.

Devo dizer que o meu tópico é um pouco mais amplo do que a transparência legislativa, porque isso é o futuro do meu trabalho. Então, vou falar um pouco sobre as questões que vão afetar o Legislativo em áreas que eu acredito que seriam realmente dignas, para que as pessoas em todos os Legislativos fiquem pensando.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Na verdade, nos Estados Unidos, os nossos legisladores nem sempre estão atualizados em termos de transparência, de tecnologias de transparência, e para se fazer boas políticas seria muito importante realmente entender o que está acontecendo e o que vai acontecer. Então, meu esforço é no sentido de mostrar quais são as tendências mais amplas que eu tenho visto, que eu analisei, para compartilhar com os senhores o que nós temos visto.

Eu trabalho, como eu disse, para a O'Reilly Media. Para nós que queremos realmente entender o que está acontecendo com o Wi-Fi, o WiGig, as pessoas que trabalhamos com a tecnologia que está, na verdade, chegando às fronteiras, aos limites, então, é importante compartilhar com as pessoas quais são as tecnologias que podem, na verdade, ser compartilhadas ao redor do mundo. Essa, na verdade, é a minha visão. Mais ou menos na década de 90, há 20 anos, foi lançada a *World Wide Web*, *www*, *on line*. Eu sei que isso está em muitos lugares e é a plataforma, para os senhores, para a democracia eletrônica. Podemos ver isso na Internet. Eu estou muito grato de estar aqui, porque o programa dos senhores para as



democracias eletrônicas é muito mais avançado, e também gostaria de vê-los novamente, no Congresso, em julho. Temos muito a aprender com o Brasil, e também muito para aprender um com o outro. Uma década após o lançamento da Internet, temos novas possibilidades, além das que já existiam. Podemos baixar vídeos, falar uns com os outros usando Twitter, Facebook, baixar vídeos no YouTube, e também outras mídias sociais, como Thunder, Google Plus, e todas essas várias maneiras que nós podemos compartilhar, e plataformas locais de países que, individualmente, também têm utilizado; então, eles adaptam as suas tecnologias também.

Agora estamos em um novo momento, em que há grandes quantidades de dados, e nós podemos então compartilhar o que nós sabemos uns dos outros. Então, podemos trocar ideias em termos de clima, saúde, educação. Podemos também dar apoio à ciência e ao trabalho. Isso também pode ser suporte para política. Então, todos esses dados dão-nos novas oportunidades e também criam, obviamente, novos riscos. Então, nós estamos todos vivendo este momento, nessa corrente.

Temos uma nova rede de televisão que foi lançada no Catar, a Al-Jazira. Ela usa também Xtreme, Skype, também envolve a audiência, envolve também a própria audiência em toda a formação de seus programas de televisão. Então, é também o caso, para muitos legisladores estarem cientes: se existe uma convenção acontecendo sobre leis, ela é transmitida ao vivo; à medida que são feitas e são colocadas no papel essas leis, em ciclos de 6 dias, podemos ver os políticos respondendo ao vivo as perguntas dos seus cidadãos, e também outras pessoas participando. Eles falam diretamente com os cidadãos que eles representam. Este é um momento histórico, porque é possível nós fazermos isso, democratizar de fato o acesso ao poder.

Talvez nem todos os cidadãos estejam obtendo essas informações nos países em que eles estão. Os dois representantes do Banco Mundial aqui têm feito realmente isso, têm democratizado os seus dados. São dados abertos. Na verdade, é algo muito comum, muito importante, é a tendência na mídia, no Governo. A ideia é de que, ao se abrir a informação que se tem, ela torna-se mais útil. Então, isso é particularmente útil para o Legislativo também. Pode permitir que as legislações se



torne mais abertas e os cidadãos possam compreendê-las e entender o que está sendo feito em seu favor. Então, o Banco Mundial também quer que as pessoas entendam mais como a ajuda está sendo enviada para os seus países.

Essas são ferramentas e perspectivas que antes eram somente para as pessoas de alto escalão. Agora vão para o cidadão comum, nos seus celulares, até mesmo em casa. Então, esses dados, essa plataforma permite que as pessoas possam ser mais criativas e também fazer coisas que elas não sabiam fazer.

Isso não tem nada a ver com Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, ou outros países. Na verdade, há muitos lugares em que os dados estão dando novas vozes e oportunidades para as pessoas, dando novas chances de utilizarem esses aplicativos e também outra maneira de ganhar dinheiro, viajar. No Quênia eles também já lançaram sua nova plataforma de dados abertos, e têm coletado milhares de programadores que estão fazendo e desenvolvendo aplicativos para falar sobre agricultura, trânsito e outros indicadores econômicos. Então, isso é algo que realmente tem acontecido em mais de 30 países ao redor do mundo.

No nosso País, em Oregon, em um dos nossos Estados da Costa Oeste, nós temos cidades que já abriram os seus dados e também trabalham com os cidadãos para criar aplicativos inovadores, para que eles possam saber para onde vão, onde estão os trens, onde estão os recursos locais, e também se conectarem com as pessoas. Então, eles não são necessariamente classificados como *hackers*. Normalmente as pessoas pensam que o termo *hacker*, na verdade, tem uma conotação ruim, mas eles são programadores de civismo. Então, eles na verdade criam coisas para os cidadãos utilizarem, e essa é uma tendência muito importante. Eles podem criar aplicativos para, por exemplo, saber quando o próximo ônibus estará chegando. Então, isso, além de dar a eles a oportunidade de ganhar dinheiro, também favorece os cidadãos. E também ajuda o fato de que eles trabalham com o setor público e o privado, de maneira que todos podem compartilhar isso.

O nosso Governo Federal também está tentando fazer com que outros participem disso, fazer todos esses imensos bancos de dados serem mais abertos. Um dos mais importantes é o de saúde. Então, nós estamos colocando os dados no GPS, não só para que possa descobrir onde se está, a partir do celular, ou saber sobre o clima; agora, nós queremos abrir também os dados sobre a saúde, para que



todos possam tomar decisões melhores sobre os seus cuidados com saúde. Então, colocamos aplicativos e serviços para que todos possam tomar decisões melhores, e isso volta como conhecimento e entendimento nesses assuntos, lá no Legislativo. Então, as pessoas que estão fazendo as políticas, as regulações e as regras deveriam entender essa tendência. Se não entendem isso, vai ser muito difícil realmente fazer uma boa política. Então, os dados abertos na saúde são muito importantes, e criam realmente novas oportunidades para empreendedores e médicos.

Esse é um sistema de triagem eletrônica. Contém dados das indústrias, dos hospitais, e também dos cidadãos. Também ajuda as pessoas a encontrarem as clínicas, os lugares onde podem ser diagnosticados os sintomas, e na verdade até mesmo já saberem qual é o tempo de espera para uma consulta. Então, isso trará uma grande mudança no modo como as pessoas vão tomar suas decisões, simplesmente porque o Governo abriu os seus dados. Não foi porque o Governo desenvolveu o aplicativo, mas porque o Governo tornou os dados disponíveis.

Os dados abertos podem ser muito importantes em outros contextos, por exemplo, na escolha dos legisladores, dos que serão eleitos. Quando os dados legislativos são abertos para se ver, por exemplo, como as eleições ocorrem, essa é a melhor das oportunidades para se combater a corrupção e a fraude, que são uma epidemia no mundo inteiro, como nós sabemos. Aqui nós estamos vendo um mapa em que foram inseridos dados de acesso público. Então, qualquer um pode dar uma olhada, em qualquer lugar do mundo, para saber, por exemplo, como as eleições no Afeganistão ocorreram.

E há muito mais dados no mundo. Isso é somente um sistema comum. Os dados vêm da indústria, do setor privado, das empresas, de todos os setores, e também do Governo; do Quênia, por exemplo, que é uma plataforma; do Reino Unido; e também nós, quando usamos o Twitter, quando usamos o Facebook, colocamos dados lá, talvez uma foto de uma enchente, por exemplo, na Austrália; então, as pessoas podem olhar e imediatamente ver, de onde elas estiverem, atualizar o que estão dizendo, saber o que os tomadores de decisão estão fazendo. Por exemplo, podem ver se há fogo, uma queimada, uma enchente. Talvez uma pessoa não seja o suficiente, mas muitas pessoas dizendo uma coisa, aí já é



importante; então, as pessoas começam a prestar mais atenção. Uma pessoa viu um tornado lá em Joplin, no Estado de Missouri; logo, 15 pessoas já estão sabendo. Bem, é algo que temos de responder rapidamente; então, podemos trabalhar com respostas de emergência na área militar, em situações em que isso é muito importante. E esse contexto estende-se para o mundo legislativo, para também participarmos dessa situação, sabermos o que está acontecendo, o que se está dizendo, o que se está fazendo.

E há também outras iniciativas dos cidadãos também. Muitas pessoas estão querendo abrir essas agências de regulação para a transparência também, para tornar mais acessíveis essas informações para os cidadãos. Então, por exemplo, a Wide Scope, que é essa outra, começou na Califórnia e tem dado informações dos nossos conselheiros financeiros, para que as pessoas possam pesquisar no Google. Antigamente tínhamos de ir ao *site* específico, procurar o nome, apertar o botão, para ver esse *link* bem pequenininho, que nem se conseguia enxergar; agora se pode pesquisar, saber exatamente onde essa informação está. Então, é uma transparência muito poderosa para conselheiros de finanças e têm realmente grande importância na vida financeira das pessoas.

As cidades também estão criando bancos para se obterem dados, por exemplo, por ligações telefônicas; por exemplo, pode-se ligar para 190 para obter informações, pode-se relatar algum problema quando se liga para algum outro número, ou então podemos usar aplicações que podem ajudar-nos a criar dados ao longo do tempo, e todos esses dados estão mostrando o que está acontecendo na cidade para que possamos diagnosticar os problemas. E também podemos inserir novos tipos de dados, criar novas oportunidades para que os cidadãos estejam no local certo e possam interagir com tudo isso. Em Nova York, o Departamento de Saúde disponibilizou dados sobre inspeções de restaurantes. Esses dados podem ser baixados para aplicativos. Então, quando você está no Facebook e entra na página do seu restaurante, já pode ver se houve ou não algum problema, por exemplo, de violação com a Vigilância Sanitária. O cidadão sabe exatamente onde esses dados estão.

Esses dados têm sido gerados também de várias outras maneiras interessantes. Jornalistas, por exemplo, antes teriam de pesquisar, olhar, ir buscar;



agora os *sites* estão abrindo essas informações, de forma que as pessoas estão buscando essas informações e colocando tudo num *site*. Por exemplo, um legislador pode colocar dados no seu *site* pessoal; pode também pegar o que um jornalista disse, tudo que disse algum cidadão, e colocar tudo isso junto, e as pessoas podem ter uma ideia completa do que está acontecendo. Não é apenas uma única organização, mas todo o mundo trabalhando junto. Não é apenas o jornalista, mas o Governo, o cidadão e o jornalista. Então, isso cria novas maneiras para a prestação de contas.

Esse é o mapa do Japão. Para quem conhece as notícias do ano passado sobre o *tsunami*, sobre o que aconteceu, esse ponto vermelho, bem aí, no meio do mapa, é o reator de Fukushima, que entrou em colapso e liberou radiação no ar. Então, esse é um mapa da radiação que está sendo espalhada no Japão. É interessante, porque o cidadão estava coletando informações e compartilhando com uma vasta rede *on line*, de forma que eles conseguiram mapear a radiação. Então, esse é um novo sistema híbrido, em que as pessoas têm novas perspectivas, e não apenas uma única fonte ou outra, mas uma perspectiva que é informada por milhares de olhos.

Alguém disse que muitos Governos estão preocupados com a transparência, preocupados com o que os cidadãos vão dizer, com a possibilidade de os cidadãos utilizarem a informação de maneira errada, de eles serem arruinados, ou de eles funcionarem inseguros, ou de eles terem de abrir mão das fontes. Isso também vai ser um problema, mas realmente é muito difícil retroceder nesse processo. A única coisa que se pode fazer realmente é tirar a Internet do ar, e já vimos que isso, na verdade, não é a melhor coisa a se fazer, como Hosni Mubarak viu, no Egito.

Esses acessos também são mais um problema. Nós vimos algumas informações que o nosso próprio Governo gostaria que não estivessem *on line* e fossem utilizadas. Por exemplo, nós estamos vendo os mapas de mortes no Iraque que foram criados para dados de WikiLeaks. Vê-se, por exemplo, o pessoal dos jornais na Inglaterra. Então, isso, obviamente, é desconfortável para todo o mundo.

Por que é interessante isso? Os senhores veem que há bolsões inovadores no mundo inteiro. Por exemplo, é muito legal estar aqui no Brasil, por conta das inovações e das discussões que estão acontecendo. Onde eu moro, em Washington



D.C., nevou muito no primeiro inverno em que eu estava lá. Era como o Apocalipse, porque geralmente não cai meio metro de neve, mas nós criamos uma nova oportunidade para o Governo fazer algo: foram mapeados os locais na cidade onde as pás estavam. Em Boston neva muito. Os sindicatos que fazem a limpeza da neve jamais nos deixariam fazer isso. Mas porque em Washington D.C. eles não tinham essa cultura, as pessoas sabiam exatamente onde a neve tinha sido removida ou não. Então, o Governo saberia exatamente onde a neve tinha sido removida e o trabalho tinha sido feito corretamente. Isso criou uma nova perspectiva, particularmente porque não havia uma cultura de resistência do sindicato e também do setor público. Então, esse tipo de informação os cidadãos puderam acessar.

Por exemplo, esse tipo de prestação de contas é muito importante nas cidades, nas metrópoles, que estão crescendo no mundo inteiro. Até 2050 vai haver mais 30 cidades que vão ter mais de 10 milhões de habitantes. Algumas delas vão estar aqui no Brasil, algumas na Índia, outras na China, mas todas vão ter a necessidade de oferecer aos cidadãos mais acesso a informações. Eles estão organizando-se, fazendo mapas, colocando dados, criando dados, como no Haiti, por exemplo, depois do terremoto. E os senhores veem que estão crescendo também as novas ferramentas.

Eu sei que os senhores estão muito interessados em tecnologia de transparência na área legislativa, e por isso quero compartilhar isso com os senhores. Por exemplo, no Senado estadual — lá o Legislativo é todo bicameral — nós temos problemas com corrupção, por exemplo, em políticas locais. O Estado de Nova York tem tido problemas com isso, e realmente a tecnologia era muito antiga. Então, foram levados para lá engenheiros muito inteligentes, um deles inclusive trabalhava na NASA, e eles criaram uma nova plataforma para o Senado, uma plataforma aberta. Eles arquitetaram um *software* aberto, que permitiu às pessoas dar uma olhada nos perfis dos diferentes legisladores, ver o que havia no calendário, ter mais acesso ao que estava na agenda dos legisladores, dos Parlamentares. E qualquer um poderia usar aquele código no país, com muito poucos recursos.

O que nós estamos vendo, entretanto, é que é possível para os programadores desenvolver esses aplicativos usando os dados que eles mesmos já tornaram disponíveis. O que os senhores estão vendo aqui, por exemplo, é um



aplicativo do iPad. Alguém criou um aplicativo para o iPad, e era possível porque o sistema foi feito dessa forma, foi feito em cima desse sistema. Então, podemos construir coisas de maneira que as pessoas possam agregar algo. São plataformas de onde podemos tirar dados e as pessoas podem colocar melhores interfaces sobre eles.

Há também outras coisas interessantes; por exemplo, a confluência de *smartphones*, pessoas tirando fotos, sendo mais ativas, conhecendo as coisas melhores do Governo. Por exemplo, os senhores veem aqui uma foto da Índia, de Andhra Pradesh, onde as pessoas podem tirar fotos das ruas locais; se elas não foram limpas, eles mandam a foto para o Governo local. O Governo descobre quem está com o contrato e deveria ter limpado aquela rua, depois toma decisões a respeito disso. Então, são relatórios, são denúncias dos próprios cidadãos, à medida que os *smartphones* se tornam mais disponíveis.

Há outras maneiras de se usar isso. O Ushahidi também é outra maneira de denunciar o que está acontecendo, e talvez no futuro haja novas oportunidades. Esse é um aplicativo novo, muito interessante. A ideia é de que se possa olhar o seu mundo local e ver onde há projetos. Pode-se, então, dar informações de volta para o Governo, local ou nacional, dizer que um projeto está funcionando bem, outro na verdade está parado, nada aconteceu.

Esses são os novos sistemas. Então, por exemplo, há bolsões de inovação na Latvia, onde o Parlamento permite que as pessoas votem nos assuntos que elas gostariam fossem votados. Da mesma forma, quando elas vão para um banco de dados, elas são colocados na frente do Parlamento, que recolhe a opinião das pessoas. Então, autenticam-se os cidadãos que estão utilizando *on-line*, obviamente eles usam protocolos seguros, e também se torna o assunto em questão importante, dá-se-lhes oportunidade de terem as suas vozes ouvidas, de dizerem ao Governo o que gostariam que ele escutasse. Então, temos novas oportunidades, agora, para regular de uma maneira diferente.

Essa é uma foto de São Francisco, dos parquímetros que são colocados. Os preços dos parquímetros também aumentaram muito. Vamos ver se isso também vai acontecer com os demais.



Esse sistema também cria muito problema de privacidade. Então, temos o *Big Brother*, de George Orwell, as câmaras que estão vigiando todo o mundo. A qualquer lugar a que se vá, na Capital, há muitas câmaras filmando. Agora, a realidade não é tanto que o Governo nos esteja vigiando, mas o fato é que nós estamos vendo-nos uns aos outros com nossos celulares. Isso cria um problema de privacidade sem precedentes. Eu ouvi aqui falarem das mudanças. Então, quais são os riscos e os benefícios dessas novas tecnologias? A transparência, na verdade, não é um fim em si mesma. Aonde ela leva? Bem, disponibilizam-se os dados, criam-se novos objetivos. Poucas pessoas tinham acesso antigamente à Internet. Agora todo o mundo está usando, pessoas que têm acesso aos *smartphones*.

Agora, a pergunta é: temos capacidade para pagar esses planos de dados? Eu tenho de viajar aqui pelo País; eu tenho como trabalhar com mais dados, por exemplo, com um plano de *roaming*. Eu sou feliz por poder fazer isso, mas bilhões de pessoas não podem fazer isso. Então, quando olhamos esses novos sistemas para o Governo, quando os senhores pensam em liberar esses dados do Legislativo, temos de pensar naqueles que estão entre os senhores, o valor da sociedade, naqueles de que os senhores tratam, aqueles que têm menos poder. Na verdade, não é simplesmente o caso de dar-lhes poder, mas de ouvir suas vozes.

Quando se vê o mundo à noite, sabe-se quem conta com luz e quem não conta. Pode-se ver quem está no escuro, nos pontos escuros, e dar-lhe novas oportunidades de acesso à luz. As pessoas que estão ali, sem teto, na rua, também podem ter acesso à informação. Há uma foto aqui, por exemplo, de pessoas que não têm *smartphone* lendo um livro em quadrinhos na tela posta na vitrine de uma livraria. Há maneiras de permitir acesso. Mesmo que não seja para todo o mundo, individualmente pode-se dar, pelo menos de uma forma mais pública, esse acesso.

Era isso que gostaria de compartilhar com os senhores. Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Alex.

Passaremos de imediato ao Sr. Gherardo Casini, Diretor do Global Centre for ICT in Parliaments, das Nações Unidas, para a sua manifestação.

O SR. GHERARDO CASINI (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Obrigado, muito obrigado. É uma honra estar aqui. Sou muito grato ao Deputado



Pimenta, sou muito grato a todos os membros desta Comissão do Congresso Nacional. Já pude ver que conheço alguns dos senhores aqui, já recebemos alguma colaboração de alguns dos senhores no passado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem, minha apresentação vai focar a perspectiva internacional a partir dos Parlamentos. Então, primeiro, o que é o Global Centre for ICT? Ele foi lançado na Cúpula Mundial em 2005, está sendo gerido por um alto quadro de administradores, com 9 membros, sob a coordenação das Nações Unidas e da União Interparlamentar, e também possui um Secretário-Geral dos Parlamentos. É uma iniciativa das Nações Unidas e da União Interparlamentar.

A missão do Centro foi, desde o começo, promover os ICTs, as TICs, para promover os processos dos próprios Parlamentos. Há 5 ou 6 anos nós não poderíamos utilizar termos como eficiência, transparência, democracia. Então, tudo isso foi plasmado na modernização e nas TICs. Também nós assumimos a missão de informar o cidadão, principalmente com relação à vigência dos projetos e também com relação ao acesso à informação.

Quanto a algumas das nossas áreas funcionais, nós temos aqui o serviço de análise; há centros de pesquisa entre os Parlamentos e de desenvolvimento de capacidades, porque a nossa primeira ideia era de que nós trabalharíamos primeiro com as nações em desenvolvimento, mas surpreendentemente, depois de alguns meses, nós compreendemos que todos os Parlamentos queriam saber algo sobre tecnologia, e particularmente algo também de outros Parlamentos, porque todos tinham um problema: o que nós podemos fazer com a tecnologia e como podemos utilizá-la para melhorar a transparência e fazer com que os processos se tornem mais efetivos? Essa era a pergunta.

Durante os anos desenvolvemos várias atividades. A mais importante talvez seja aquela que nós desenvolvemos nos Parlamentos onde nós tivemos a reunião de mais de 120 delegações de vários países. A última reunião dessa natureza foi realizada na África do Sul, no Parlamento da África do Sul. Tivemos vários fóruns com os membros dos Parlamentos para enforçar essas questões de informações públicas.



A cada 2 anos nós rodamos uma pesquisa para todos os Parlamentos. Ou seja, nós enviamos um grande questionário, com mais ou menos 160 questões, para todos os Parlamentos de todo o mundo. Com base nisso, nós tentamos compilar dados e apontar algum tipo de validade, em termos das práticas dos Parlamentos, naquilo que chamamos de Relatório Mundial. O primeiro relatório saiu em 2007, o segundo em 2010. Acredito que em setembro agora, se tudo der certo, nós lançaremos o terceiro relatório dessa natureza. Se os senhores estiverem interessados, nós podemos conversar sobre isso depois.

Outro papel importante a ser desempenhado por nós é que nós trabalhamos com os Parlamentos e criamos grupos de trabalho de especialistas em Parlamentos para que eles desenvolvam manuais de orientação. Um dos manuais mais importantes está em um *site*. Nós conhecemos a importância disso porque vemos que muitos Parlamentos estão utilizando esse *site* para, pelo menos, revisar o que eles têm nos seus próprios *sites*. Isso foi revisado em 2009, e não está tão atualizado, simplesmente porque a tecnologia já avançou, já percorreu uma rápida evolução.

Nós fazemos treinamentos também, nós fazemos avaliações, mas eu gostaria de enfatizar a dimensão do nosso alcance. O primeiro mapa aqui, em verde, mostra os países cujos Parlamentos participaram em uma ou mais de nossas atividades. De fato, nós tivemos muitos contatos com a maior parte dos Parlamentos de todo o mundo. Existem 177 sistemas parlamentares no mundo hoje, e 144 participaram em uma ou mais; 25 nunca participaram. Não vou mencioná-los, obviamente, mas acredito que os senhores imaginam quais sejam. Alguns participaram muitas vezes. Eu posso dizer que o Brasil tem sido um grande parceiro nosso. A Câmara e o Senado têm participado muito e têm-nos oferecido muita informação, provido muita troca de informação. Somos muito gratos por isso.

Nós trabalhamos com Parlamentos para que eles ofereçam informação para outros Parlamentos. Nós não estamos utilizando o setor de consultoria, o setor privado. Não, utilizamos os especialistas que estão dentro do Parlamento. Existem alguns desses especialistas que querem, de fato, fazer essa troca com outros Parlamentos. Nós enviamos missões de especialistas de alguns Parlamentos para,



por exemplo, 37 Câmaras que receberam serviços de assessoria. Isso reuniu-nos em 20 atividades. Houve várias visitas.

O próximo eslaide mostra que o Parlamento que nos ofereceu pessoal para que isso pudesse ser realizado. Uma vez mais, eu posso dizer que o Brasil teve grande participação

Como eu disse, a cada 2 anos nós rodamos uma pesquisa. A primeira foi em 2007, e eu ainda lembro que as pessoas nos disseram: “Os Parlamentos não vão responder ao questionário de 160 perguntas sobre como eles usam tecnologia”. Bem, esse foi o primeiro impacto. Participaram dessa primeira rodada 105 Parlamentos. Em 2010, nós tivemos um aumento; foram 185 Parlamentos. E agora, em 2012, nós temos mais de 140 Parlamentos envolvidos, Parlamentos que responderam. A pesquisa ainda está aberta. O meu objetivo é de que alcancemos pelo menos 150 Parlamentos. Isso diz-nos o quanto os Parlamentos querem saber sobre outros Parlamentos, em termos das opções tecnológicas em várias áreas, porque nós cobrimos questões de infraestrutura, mas também de participação, de uso dos padrões de documentos abertos, de uso de sistemas para o fluxo de trabalho para os Parlamentos. Isso foi apresentado pelo menos pelo Senado e pelas autoridades do Estado de Nova York.

Aqui nós temos alguns dados de 2010, e espero que, no final do ano, possamos oferecer alguns dados sobre 2012.

Bem, a confiança no Parlamento está em declínio, e à medida que avança a tecnologia, isso está impactando a demanda cada vez mais crescente dos cidadãos. Então, ao mesmo tempo em que existe um declínio em termos de interesse e mesmo de confiança no Parlamento, há essa rápida evolução da tecnologia.

Vamos imaginar que há legisladores que foram eleitos recentemente e ainda têm 5 anos pela frente. Depois de 1 ano, a mídia social está sendo desenvolvida. Depois de 3 anos, todos os cidadãos que começam a utilizar a mídia social estão demandando maior participação.

Temos de lembrar que os Parlamentos são instituições com algum grau de complexidade. Portanto, vai levar algum tempo para que a instituição com essa complexidade comece a usar de fato a mídia social. Mas vemos, com os dados que temos aqui, que são essas tecnologias que estamos utilizando mais, levando-se em



conta o que estão dizendo os Parlamentos. Há consultas *on-line*, petições, transmissão de audiências, serviços de intercâmbio de vídeos e também os canais televisivos e as estações de rádio, tanto em nações desenvolvidas quanto em nações em desenvolvimento.

O que dizem os Parlamentos a respeito de quando devem fazer a consulta com os cidadãos. A maioria disse que isso deve acontecer durante a deliberação feita, depois que uma mudança é feita no Parlamento e depois de uma mudança feita em uma proposta. São os três momentos-chave nos quais os Parlamentos gostariam de consultar os cidadãos.

Quando perguntamos sobre as dificuldades em engajar os cidadãos, as respostas foram, primeiro, que os membros não estão familiarizados com essa tecnologia (o Parlamento tem alguns problemas com os membros porque eles não estão utilizando a tecnologia) e, segundo (é algo bastante recorrente, ontem ouvimos muito isso nas nossas conversas), que os cidadãos não estão familiarizados com os procedimentos legislativos.

Então, grande número de Parlamentos, aproximadamente 40% deles, sabem que é um problema explicar aos cidadãos como são os processos legislativos. Essa, de fato, é uma grande barreira para o engajamento dos cidadãos.

Em relação aos métodos de comunicação com os jovens, muitos Parlamentos disseram que seria necessário incluir *websites* especiais, jogos, uma parte de *websites* que hoje é dirigida jovens. Eu posso lhes dizer que esse é um grande achado, porque muitos Parlamentos estão utilizando uma parte específica dirigida a esse público jovem.

Ontem falamos sobre Parlamentos, e me foi perguntado o que seria um Parlamento aberto. Eu fiz menção aos valores democráticos, à união interparlamentar. Agora estamos falando sobre a transparência, que está relacionada com a mídia e também com a sua base. Deve ser acessível, envolvendo o público, inclusive associações e movimentos da sociedade civil dentro do Parlamento.

Deve haver também confiança. Os membros dos Parlamentos devem ser confiáveis, em termos de sua integridade e competência. Além disso, devem estar



de acordo com os valores democráticos, facilitando a avaliação do desempenho das funções dos Parlamentos, dos Legislativos.

Quanto ao Parlamento aberto, talvez queiramos abrir algumas horas de visita para os cidadãos, mas poderíamos ir além disso, oferecendo canais televisivos, estações de rádio, poderíamos oferecer alguns *sites* em que a informação estaria reunida e, talvez, aumentar a capacidade de engajamento dos cidadãos.

Existem, então, vários patamares de transparência e abertura.

Para concluir, gostaria de focar o uso dos padrões de informação abertos. Temos trabalhado isso com grupos de Parlamentos nos últimos anos. É algo em que acredito. Espero que, entre 2012 e 2013, se torne um dos pontos principais do trabalho do Congresso em termos de engajamento.

Outros padrões para documentações abertas, como o XML, um padrão para documentos, ainda não foram completamente explorados pelos Parlamentos. Somente 20 Parlamentos estão utilizando isto para partes de alguns documentos, os documentos XML, ou seja, padrões para documentos abertos. O XML pode ser usado para se fazer pesquisa de documentos, estabelecer alguns vínculos entre documentos, podem ser utilizados para diferentes *outputs*, incluindo-se os aparelhos móveis, para a conservação, para o preparo, com vistas ao acesso dos cidadãos particularmente.

Estamos promovendo e desenvolvendo com os Parlamentos o uso do XML para os documentos parlamentares. E não é o caso de se utilizar o XML somente no final do processo, em processos legislativos longos, mas de antecipar essa utilização no princípio do processo. Tal medida reforça o engajamento, limita alguns erros e também pode melhorar a qualidade de alguns documentos. No final das contas, melhora a democracia em todo o processo.

Porém, em muitos países a maioria dos projetos é introduzida no Parlamento pelo Poder Executivo. Um passo adiante seria ter a colaboração entre o Poder Legislativo e o Executivo, utilizando o XML no começo das primeiras versões desses projetos de lei. Isso é muito importante.

Claro, podemos perguntar: se há todos esses benefícios, por que os Parlamentos não os estão utilizando? Acredito que a instituição, como tal, deve decidir, em alguns casos, que, sim, de fato, o XML é o que ela quer. Quer utilizá-lo,



quer fornecer aos cidadãos documentos acessíveis e úteis. Foi o que aconteceu recentemente nos Estados Unidos e é o que está acontecendo também na União Europeia. Houve uma reunião de secretários-gerais desse continente, que decidiram avançar rumo a essa padronização dos documentos abertos.

O último ponto é relativo à cooperação internacional. Recentemente, em Washington, participamos de uma reunião com várias organizações e fundações. Começamos com um documento chamado *Washington Consensus*. É preciso identificar vários critérios e *benchmarks* para alcançar a padronização de documentos abertos rumo aos valores básicos da democracia, incluindo-se abertura e transparência.

Não quero ser pessimista. Alguns Parlamentos estão começando a utilizar *sites*, outros começaram a utilizar o XML como esquema geral. Eles querem utilizar esquemas que facilitem a interoperabilidade. É o caso da Suíça, da Itália, da Dinamarca e de vários outros países.

O Parlamento, portanto, deve se comprometer a alcançar essa padronização de documentos abertos, a fim de aumentar a transparência e a abertura. Deve também procurar ampliar o engajamento e o ativismo, além de participar das trocas de informação nos patamares local e regional para melhorar o desenvolvimento de ferramentas comuns.

Finalmente, em termos de cooperação internacional, estou muito contente em anunciar que, no começo de junho, a nosso pedido, a Câmara do Brasil vai celebrar uma reunião, junto com as Nações Unidas e o Banco Mundial, sobre a América Latina, ou seja, vamos dialogar, colocar na mesa uma rede regional.

Então, acredito que, promovendo esta experiência no Brasil, do Senado e da Câmara, utilizando o XML — eles têm o programa XML Brasil —, isso vai ser muito produtivo para os outros Parlamentos.

Agradeço e concluo a minha apresentação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Sr. Gherardo Casini.

Quero registrar a presença do Deputado Félix Mendonça Júnior, Parlamentar do Estado da Bahia, e do Deputado Osmar Serraglio, Parlamentar do Estado do Paraná.



Estamos um pouco adiantados. Quero saber se existe interesse, por parte da plateia, em fazer algum questionamento, alguma pergunta. Depois, vamos rapidamente ouvir a manifestação conclusiva de cada um dos nossos convidados. A palavra está à disposição. *(Pausa.)*

Com a palavra o nosso amigo Paulo, do Centro de Informática da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO HENRIQUE ALVES ARAÚJO - Obrigado, Deputado.

O meu nome é Paulo Henrique e sou servidor aqui da Câmara.

Eu tenho uma preocupação especial. Estive na OGP também, e isso foi tratado lá. E alguns de vocês abordaram isso, o lado consumidor. Temos feito um esforço muito grande em prover serviços. Continuamos analisando. Há mais serviços a serem oferecidos. Mas eu acho que o uso dos serviços que oferecemos, seja de participação, de interação, seja de dados abertos, seja de informações, mesmo que ainda não estejam em formato aberto, mas que estão migrando, ainda é pífio, ainda é muito raso. E temo-nos debruçado sobre estratégias para poder fomentar isso.

Eu ouvi vocês falarem desse problema, mas ouvi poucas propostas de soluções. Eu queria saber se vocês viram alguma experiência em que o governo pode de alguma forma intervir nisso, seja financiando — de alguma forma provendo linhas de financiamento para projetos que queiram trabalhar esse tipo de informação, que queiram fomentar essa participação —, seja estimulando universidades. Não sei. Eu queria ouvir de vocês se conhecem experiências em outros locais do mundo que tiveram resultados interessantes, ou seja, se conseguiram o engajamento, se conseguiram o retorno, se fizeram com que a sociedade, seja a sociedade organizada, seja o cidadão leigo em termos de participação, sejam empresas de TI ou estudantes da área de tecnologia, passasse a consumir os serviços que o Legislativo ou o Executivo oferecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Paulo, diga-nos o seu nome completo e o local em que trabalha.

O SR. PAULO HENRIQUE ALVES ARAÚJO - Paulo Henrique, do Centro de Informática da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Dr. Luiz Antonio Eira, Diretor do Departamento de Comissões.

O SR. LUIZ ANTONIO SOUZA DA EIRA - Obrigado, Sr. Presidente. Uma saudação especial.

Eu acho que este evento, esta reunião de hoje, aqui na Comissão Mista de Orçamento, é bastante significativo. A Câmara dos Deputados, ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido uma série de ações no sentido de se aproximar um pouco mais da sociedade brasileira. E foi muito interessante ouvir a intervenção dos senhores porque acho que estamos mais ou menos no caminho certo.

E fico muito feliz por esta reunião estar sendo feita aqui na Comissão de Orçamento, Presidente Paulo, porque eu acho que ainda precisamos dar alguns passos bastante significativos. Vejo, por exemplo, a Câmara dos Deputados como uma organização da sociedade brasileira — e até conheço alguns Parlamentos do mundo — bastante aberta, bastante transparente, com uma boa participação popular. Mas ainda longe de algumas questões que eu acho fundamentais para qualquer tipo de sociedade. E é sobre isso que eu queria conversar um pouco com os senhores.

Eu vejo o Parlamento do nosso País com uma agenda ainda muito influenciada pelo Poder Executivo. As nossas pautas ordinárias, por exemplo, estão há alguns bons meses, eu diria até há alguns anos, travadas por medidas provisórias.

Acho que não basta ser transparente — alguém aqui colocou isso num eslaide. Não basta ser transparente, não basta simplesmente abrir a participação popular, que, como disse Paulo Henrique, muitas vezes não chega a um conjunto grande da população.

Por exemplo: no Brasil, a atuação de PMOs ainda é muito tímida, mas muito tímida mesmo. Nós precisamos intensificar, precisamos criar mecanismos para que haja um número maior de organizações desse tipo e para que essas organizações possam de fato analisar, de maneira independente.

A Câmara dos Deputados tem um programa de dados abertos interessante. E eu acho que esse é o caminho. Não podemos fornecer os dados e, ao mesmo tempo, fazer a análise desses dados. Isso influencia para uma vertente única. A



sociedade tem que ser livre o suficiente para tirar as suas próprias conclusões, a partir de dados brutos. Isso é fundamental.

Mas eu acho que o ponto final dessa curva vai se dar a partir da análise — e da análise pela sociedade — de onde estamos colocando o dinheiro público deste País. E aí a Comissão Mista de Orçamento é fundamental. Não adianta simplesmente sermos reativos. Reativos no sentido de uma análise feita... Vou citar um caso bastante típico nos últimos anos neste País. Por exemplo: reagimos a catástrofes climáticas; gastamos muito dinheiro em reação a enchentes e a secas neste País. Mas por que a agenda não está voltada para um grande programa nacional de antecipação disso?

Estive em Portland, Mr. Howard, há 3 anos. Por exemplo: os Estados Unidos da América resolveram a questão das enchentes no início do século XX. Nós estamos já no início do século XXI. O programa de barragens — e eu visitei a comunidade do Rio Columbia — foi feito no início do século XX. Nós até hoje, todos os anos, na época do verão, discutimos questões relativas às enchentes neste País.

Ou seja, nós precisamos fazer com que essa agenda chegue também pelo lado da sociedade, que sofre esses problemas lá na ponta, e não só discutir uma agenda estabelecida pelo Poder Executivo. E isso se faz, Presidente Paulo Pimenta, aqui na Comissão de Orçamento, analisando e mostrando claramente à população como nós estamos gastando o dinheiro público deste País.

Então, eu acho que esse é um caminho, mas do ponto final ainda estamos um pouco distantes. É claro que estamos criando elementos de transparência — e temos bastantes até. Eu diria que o Parlamento brasileiro... O *website* da Câmara dos Deputados, principalmente, é bastante transparente. Nós transmitimos tudo em tempo real, todas as reuniões. Esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Isso é fantástico, é ótimo, mas ainda precisamos criar instrumentos para que essa agenda seja definida pelos cidadãos ou, pelo menos, fortemente influenciada pelos cidadãos.

Eu queria depois ouvir o comentário dos senhores, a partir desses pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora tem a palavra.



A SRA. ELIZABETH DOMINGOS CARNEIRO - O meu nome é Elizabeth e trabalho na Liderança do Partido Verde.

Na explicação dos componentes da Mesa pudemos observar a preocupação em transmitir dados e informações ao cidadão, mas foi esquecido um ponto muito importante dessa cadeia de informações. Porque não adianta abarrotar um meio de comunicação com informação, se o cidadão não está preparado para utilizar essa informação.

Como o senhor disse, a Câmara dos Deputados é um local privilegiado. Nós temos aqui, no CENIN, uma excelente plataforma por meio da qual podemos obter informações sobre tudo o que se passa nesta Casa, desde o processo legislativo até informações sobre o orçamento. Mas os cidadãos brasileiros, em grande maioria, não estão preparados para acessar essas informações, seja do ponto de vista do equipamento de que não dispõem para ter acesso à informação, como computadores, tablets etc., seja do ponto de vista da falta de conhecimento. Ou seja, o que aquela informação vai produzir para eles? Essas informações produzidas são pouco significativas na vida do cidadão brasileiro. Nós temos uma gama de aposentados que recebe o seu dinheiro no banco com um cartão magnético e que sequer sabe usar esse cartão magnético.

Falta uniformização dos meios de acessos, de processos. Temos uma plataforma de um jeito, uma plataforma de outro jeito, e as pessoas mais simples e mais humildes, os cidadãos comuns, não sabem acessar isso. Por exemplo: eu sou da área de orçamento. A nossa ferramenta de orçamento aqui na Câmara é extremamente transparente. Há relatórios belíssimos. Mas o cidadão comum não vai entender aquele relatório. Ele não sabe como extrair a informação de lá. É tudo público. Todo o trabalho que eu faço aqui, de análise de orçamento, é sobre a plataforma na Internet, que é pública. Mas o que o cidadão comum vai saber? *“Ah! Como o Governo gasta o meu dinheiro?”* Ele não sabe sequer tirar do relatório, daquela plataforma, essa informação, sobre como o Governo gasta o dinheiro dele.

Então, nós temos que saber para quem estamos produzindo a informação e se ela vai surtir efeito, se ela vai produzir mudança, se ela vai provocar a participação efetiva do cidadão nas questões governamentais. Se não, ela não vai servir para nada. Temos que pensar nisto também: em educar o cidadão, porque



tudo começa na educação. É preciso educar o cidadão desde a escola, ensiná-lo a acompanhar as questões governamentais sobre o recurso aplicado na educação, na saúde, na segurança, nos programas sociais de combate à fome. E é preciso buscar uma forma efetiva de ensinar o cidadão a participar, porque não adianta disponibilizar a informação se o cidadão não sabe o que fazer com ela.

Então, eu acho que a transparência sem uma educação para a participação não vai resolver nada. Transparentes nós somos. Eu acho que esta Casa, principalmente. No Brasil, culpa-se muito o Parlamento por não ser transparente, mas o Poder Legislativo brasileiro é um dos mais transparentes e abertos ao cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Elizabeth.

A Sra. Cássia é a última inscrita.

A SRA. CÁSSIA REGINA OSSIBE MARTINS BOTELHO - Bom, primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Paulo Pimenta por estar abrindo este espaço dentro da Comissão de Orçamento. Isso é muito importante para a Casa. Quero parabenizar a todos por esta discussão.

Eu, Cássia Botelho, atualmente estou na Direção do Departamento de Taquigrafia, responsável pela entrega de todos os discursos, de tudo o que é falado no Parlamento, e, durante 8 anos, estive à frente da Coordenação do Comitê Gestor do Portal da Câmara quando estava na Diretoria-Geral.

O que notamos, em relação a todo esse movimento — agora mudando um pouco o foco para o lado do Parlamentar —, com o qual queremos oferecer toda essa transparência, esse acesso à informação, ferramentas de participação popular, é que, do ponto de vista do Parlamentar, na Câmara dos Deputados, há tem uma série de mecanismos para interagir com o cidadão, seja pelo *e-mail* pessoal, seja pelo *e-mail* @camara.gov.br, seja pelo e-Democracia — que eu acho que foi a ferramenta que conseguiu realmente trazer o Parlamentar para essa discussão, até porque focou num tema específico —, seja pela participação dele nas Comissões, na *TV Câmara* e na *Rádio Câmara*. Eu noto que também é muito difícil para nós, para a instituição, trazer os Parlamentares para essa discussão, porque são muitas formas de participação, numa vida bastante tumultuada.



Então, de que forma vocês têm enfrentado essa situação nos outros Parlamentos?

Era isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Antes de devolver a palavra aos palestrantes, eu quero pontuar duas ou três questões.

A primeira: há algum tempo, eu estava acompanhando, num canal de televisão, um programa jornalístico, no qual o repórter chegava a uma parada de ônibus com a câmera ligada, colocava o microfone perto do cidadão e perguntava: “*Em quem o senhor votou na última eleição?*” Eu creio que algo em torno de 80% a 90% das pessoas não lembraram em quem tinham votado.

Não sei como é em outros países, mas essa é uma demonstração do nível de precariedade da relação que o eleitor estabelece com o eleito, do nível de precariedade da relação que se estabelece nesse processo.

A segunda questão é sobre duas situações que convivem num mesmo espaço. Falo dos dados abertos da instituição, do processo de participação popular e interação da sociedade com a instituição Câmara dos Deputados e com a instituição Senado Federal, mas também de outra realidade: cada gabinete, cada mandato parlamentar tem uma dinâmica própria de comunicação, de interação, de relação com a sociedade; cada partido tem uma filosofia, tem uma visão. Então, existem dois movimentos convivendo no mesmo ambiente.

A Câmara, a meu ver, avançou muito mais do ponto de vista institucional do que os mandatos parlamentares. Talvez isso leve a um descompasso. No dia a dia das relações da sociedade com o Parlamento, isso se dá através dos Parlamentares. Então, nós temos que encontrar um ponto de equilíbrio. E já conversamos um pouco sobre isso em outras oportunidades.

Quero saudar o Dr. Rogério Ventura Teixeira, Diretor-Geral da Câmara, que nos prestigia com a sua presença.

Terceira questão: eu tenho participado de discussões sobre este tema, bem como vários servidores que estão aqui presentes — eu diria, altamente qualificados. Por exemplo: há projetos muitos interessantes, como o Projeto Cidadão Digital, o Projeto Pauta Digital, que eu apresentei, mas que são fruto de muito debate e podem significar uma alteração substantiva da relação da sociedade com o



Parlamento, na medida em que o cidadão entender que a participação dele pode definir pauta, hierarquizar projetos.

Em que nós esbarramos hoje? Eu diria que é um discurso frágil, mas, do ponto de vista conservador, ele funciona. Como eu legitimo a participação do cidadão pela Internet? A pergunta primária é sempre a seguinte: *“Mas quem me garante que esse é realmente o cidadão que manifestou o seu apoio a um projeto, a uma iniciativa?”*

O processo de certificação eletrônica é muito caro no Brasil — a assinatura digital. Então, nós estamos procurando encontrar um mecanismo que nos dê legitimidade para a iniciativa e que responda a esse questionamento. Ele é frágil porque ninguém garante que aquela é a pessoa que assinou o papel. A verdade é que esse questionamento acaba fragilizando, digamos, alguns avanços que buscamos.

E, por fim, um tema sobre o qual conversei com Tiago, em que insisto bastante: a história do 0800. A Câmara tem um serviço de 0800 e já recebeu, nos últimos anos, mais de 4 milhões de ligações. E qual é o público que liga para o 0800? Muitas vezes é a pessoa que não tem acesso à Internet, são setores da sociedade que não usam os nossos portais. E, desses 4 milhões de ligações, mais de 2 milhões de ligações foram sobre o mesmo projeto: para pedir que a Câmara coloque em votação o projeto de lei que acaba com a tarifa básica da telefonia fixa, um projeto de 2001.

Se nós não resolvermos isso, se não criarmos um mecanismo que de alguma forma permita que a participação da população tenha alguma interferência na definição dos projetos — e não estou nem entrando no aspecto das medidas provisórias, que é muito mais complexo —, o cidadão vai participar uma vez, duas vezes e, a partir da terceira, não vai participar mais. Então, ou nós criamos um mecanismo real pelo qual, de alguma forma, alguns projetos sejam fruto e resultado da efetiva participação da sociedade durante o ano, ou esse processo não vai avançar.

O nosso processo legislativo tem uma característica perversa — e vou concluir, não quero me estender — no seguinte sentido: um projeto de lei pode tramitar e ser aprovado em todas as Comissões, por unanimidade, e nunca ir a



plenário. Nada garante que um projeto aprovado nas Comissões um dia seja colocado na Ordem do Dia. Depois de ser aprovado em todas as Comissões, o projeto precisa passar pelo Colégio de Líderes, que, junto com o Presidente, vai fazer um acordo e definir a pauta. E mais: se houver um fato de repercussão nacional que exija uma resposta pronta por parte do Parlamento, mesmo que esteja na primeira Comissão há 1 semana o projeto vai ser levado diretamente ao plenário e, em 24 horas, poderá ser votado.

Então, não há equilíbrio do ponto de vista legislativo para que a participação social, a participação popular, efetivamente interfira na definição da pauta e na hierarquia daquilo que será votado.

Quero me desculpar por ter falado um pouco demais. Devolvo a palavra, pela ordem inversa, conforme aprendi ontem com o Sr. Gherardo Casini, e peço aos senhores que concluam a participação comentando alguma coisa disso que nós abordamos.

A palavra está à disposição.

O SR. GHERARDO CASINI (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) -
Muito obrigado.

Primeiramente, deixe-me dizer que concordo com a sua análise. Essa é a minha opinião. Mas, na análise que já fizemos, claramente há referência a dois aspectos diferentes: a instituição, a comunicação da instituição, incluindo o Presidente, as Comissões, os comitês e coisas como essas — nós nos referimos a isso como comunicação da instituição, ou seja, explicar às pessoas o que é o Congresso, o que as Comissões estão fazendo; e a função representativa dos membros do Parlamento.

Obviamente, há ligações, elos. As instituições têm que decidir, num conselho ou numa comissão, os termos do uso da tecnologia na comunicação institucional. Mas eu diria também que as tecnologias alteram, sim, o relacionamento, a maneira como os Parlamentos e os Parlamentares e os cidadãos se relacionam e também a maneira como os representantes, os Parlamentares se relacionam com essas pessoas.



Então, a tecnologia tem um impacto claro. A questão é que nós não sabemos aonde estamos indo — membros, instituição e tecnologia. Isso é uma mistura que está se tornando uma pergunta-chave para o futuro.

Um ponto, numa visão geral: acho que os dados abertos deveriam ser pensados sobre a Comissão de Orçamento, para analisar como o orçamento é gasto e também olhar isso do ponto de vista das ruas. Por exemplo: no Poder Executivo. Eu me lembro — não sei qual é o desenvolvimento — de que há um projeto no Senado chamado SIGA, que é a análise do orçamento, como o orçamento estadual é gasto ou como ele é transferido para o nível local.

Então, acredito que esse tipo de tecnologia, para essa supervisão, é bem importante. E muitos Parlamentos estão utilizando as nossas análises. Do nosso ponto de vista, eles têm as mesmas preocupações de muitos cidadãos. Não há muitos cidadãos participando, não se engajam em qualquer tipo de tecnologia ou mesmo em exercícios que não requerem tanta tecnologia. E acaba não havendo esse debate.

As perguntas são muitas. Por que a comunicação no Parlamento não está sendo entregue da maneira que o cidadão espera? Por exemplo: no computador, ou no celular, ou talvez pelo 0800 — é um bom exemplo. Dois milhões de pessoas estavam interessadas naquela lei do telefone fixo e ligaram. Esse é o caso em que o Parlamento deu ao cidadão a ferramenta para participar.

Qual é o público hoje? É a mídia? É a sociedade civil? São as organizações da sociedade civil que estão transferindo a informação para o cidadão, assim como a imprensa, a mídia, ou queremos simplesmente focar no cidadão que vive a 300 quilômetros de distância ou mais do Parlamento?

Estratégias nesse sentido deveriam ser desenvolvidas pelo Parlamento ou, então, bem pensadas em termos de comunicação. Como alcançar o cidadão? Quais tópicos devem ser abordados? Não é apenas a educação do cidadão, mas também a educação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Gherardo.

O nosso amigo Alex Howard está com a palavra.

O SR. ALEX HOWARD (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Bem, realmente há muitas perguntas. E eu devo pedir desculpas porque realmente não



entendo o português tão bem como deveria. É uma linda língua, e eu gostaria de entendê-la e compreendê-la melhor.

Há três questões separadas. A primeira: participação. Eu vou deixá-la para os colegas que estudam isso com mais tempo. Muitas pesquisas já foram feitas. Aumentar a participação. Sim, ela leva a um maior envolvimento da cidadania. Então, como você engaja isso com a tecnologia? Essa é a questão que está sendo abordada pela pesquisa, incluindo maneiras de não favorecer desproporcionalmente aqueles que têm mais acesso. Estou dizendo isso, por exemplo, não apenas em termos de acesso aos dados, mas também de acesso simples aos recursos e às fontes.

O ponto que você abordou, sobre cidadãos comuns, eu acho que é realmente muito importante. Eu penso muito na minha mãe e na minha avó, no quanto elas vão entender, no quanto elas precisam entender quando usam determinados serviços, no quanto elas querem entender. Isso nos leva à pergunta que você fez sobre como os cidadãos vão se engajar. Eu acho que eles não irão para um *site*. Concordo que é uma porta aberta, mas ninguém passa, ninguém utiliza.

Mas o governo está realmente aprendendo que tem de ir aonde o cidadão já está e falar na sua linguagem. Isso cria desafios para o governo, desafios em termos de usar sistemas que talvez nunca tenha feito ou construído, desafios em termos de escutá-lo. Se você quer falar com o cidadão, e houver grande quantidade de cidadãos, como lidar com isso?

No nosso país você vê empreendedores construindo novas metodologias. Ações coletivas: pessoas falam com uma voz única ao nosso Congresso.

Houve um evento sem precedentes em (*ininteligível*). Milhões de pessoas ligaram para o Congresso por causa de sua preocupação com a maneira como regulamos a Internet. O *site* do Congresso ficou sobrecarregado e caiu, e os telefones também estavam muito ocupados, porque as pessoas estavam muito interessadas em se engajar.

Então, são perguntas muito importantes. Novamente: é muito legal estar nesta Casa, onde as perguntas podem ser levantadas. Isso não acontece em todos os países. E nós sabemos disso.



Quanto à sua primeira pergunta, sobre os cidadãos consumirem dados, e à pergunta... E eu falei sobre a minha mãe. Por exemplo: você falou que as pessoas podem realmente atravessar, passar pelo estrado e participar — nos seus próprios termos. Então, você pensa em como eles estão consumindo essa informação. Nos seus celulares: então, eles têm banda larga, mandam “torpedos”, mensagens. Talvez esse não seja o caso da área rural da África ou da Ásia. Em outros locais, as pessoas não sabem realmente lidar com alguns *websites* mais técnicos.

Torna-se realmente clara a incapacidade dessas pessoas de se comunicarem da maneira correta. Geralmente, não é o governo; geralmente, são desenvolvedores, ou professores, ou a mídia.

A pergunta é: como dar-lhes esse acesso à informação, de uma maneira que seja mais bem consumida, digamos assim? Qual é a melhor maneira pela qual ela pode ser consumível? E deixar, então, essas pessoas mais apropriadas ensinarem-lhes isso.

A última questão é uma das mais importantes. Em qualquer corpo, em qualquer instituição legislativa, você não pode esperar que essas pessoas realmente se engajem se elas não sabem ler. Não se pode esperar que elas colaborem, se elas realmente não têm acesso à Internet, se não têm banda larga para ver esta reunião, por exemplo, pela Internet, se não têm conexões *on-line*, Twitter, se não têm acesso ao celular.

Então, o ponto que eu gostaria de trazer é este: a maneira como nós tratamos quem é menos afortunado na nossa sociedade. No seu País ainda há pessoas que vivem em situação de pobreza. Eu sei. Visitei o Brasil a 10 anos atrás — fui ao Rio de Janeiro e a São Paulo — e vi que as pessoas viviam em pobreza extrema. E é o País delas também. Elas deveriam ter uma oportunidade de participar.

Há pessoas pensando sobre isso de outras maneiras. Nós temos representantes da sociedade civil falando sobre murais de dados. Eles vão para uma vila e desenham o orçamento na parede. Então, em vez de usar uma plataforma, uma tecnologia, eles fazem dessa forma. Em audiências sociais, as pessoas poderiam falar com seus representantes. Elas estariam ouvindo, oralmente, numa forma até antiga de comunicação.



Então, a tecnologia carrega a conversação, traz novas possibilidades, permite ao governo também encontrar as pessoas e compartilhar essa informação, chegar até as pessoas. Quando você abre as legislações em plataformas abertas, quando permite que novas interfaces sejam abertas, para que elas comparem um legislativo com o outro, ver o que o seu legislador falou antes de a lei ser alterada. Este é um grande sonho dos Estados Unidos: saber quando uma mudança foi feita na lei e quem a fez. Porque essas mudanças são marcadas na lei, mas nós não temos isso ainda, estamos apenas sonhando com isso.

Mas algumas pessoas estão ainda preocupadas com comida, água, emprego, dinheiro para pagar o ônibus, enfim. Eu acredito que, se as pessoas que fazem a lei mantivessem isso na lei, teriam mais condições de incluir essas pessoas.

Eu estou feliz porque você trouxe esses assuntos. Nós somos as pessoas mais interessadas em ouvir isso que você falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Alex.

Com a palavra o nosso amigo Felipe Estefan.

O SR. FELIPE ESTEFAN (*Exposição em inglês. Tradução simultânea*) - Muito obrigado pelos comentários e pelas perguntas. Eu fiquei muito contente em ouvir esses comentários e essas perguntas. O fato de vocês estarem perguntando sobre participação significa que estão pensando realmente sobre o assunto e também mostra o grau de amadurecimento que têm nesse sentido.

Eu acredito que o movimento de governos abertos de alguma maneira conseguiu entender que a transparência não corresponde a participação, especificamente. Estamos começando a despertar para isso. Acredito que existe um grande risco, se continuarmos a avançar rumo à transparência sem que também tenhamos aí a participação vinculada a isso, perdendo legitimidade nisso. Daí a importância do processo mais robusto de participação.

Bom, aqui vão algumas respostas às perguntas levantadas, a partir da minha perspectiva, do Instituto Banco Mundial, em termos de equidade e desenvolvimento de capacidades em contextos frágeis, digamos assim, ou desfavorecidos.

Bom, com relação a qual é o seu público, eu acredito que esse é o ponto crítico para a construção de qualquer estratégia que queira alcançar uma população específica. As teorias de comunicação mais básicas dizem que, se nós temos uma



informação, temos que perguntar até onde queremos levar essa informação. Então, a pergunta é: para onde vai essa informação? Essa é a pergunta básica.

Para mim, a resposta é dual. Nós temos de construir as capacidades onde existem algumas lacunas e onde essas lacunas não sejam tão grandes. Então, acredito que existe um grande potencial para construir essas capacidades, para melhorar a participação, com universidades e com a mídia. Acredito que esses são dois pontos de entrada muito interessantes para também assegurar que, em qualquer coisa que seja feita, a transparência e a participação sejam mantidas ao longo do tempo. E podemos também envolver os estudantes universitários, que podem trabalhar com estatísticas, com o Parlamento, ou seja, com qualquer assunto que seja relevante; até os estudantes universitários que estão aprendendo disciplinas afins — por exemplo: educação, saúde ou outros serviços públicos. Eles já estão num grau de entendimento que faz com que seja mais fácil criar programas com os quais possamos preencher essas lacunas existentes.

Bom, com relação à parceria com a mídia, acho que a mídia também tem bom alcance, mas podemos envolver a mídia independente. No Instituto Banco Mundial, nós temos um programa para a mídia, no qual ensinamos como as pessoas podem melhor acessar ou manusear essas ferramentas. E começamos a entender que a mídia governamental tem um objetivo em comum. O que nós queremos é que as pessoas utilizem esses dados e ofereçam mais, para que eles tenham mais tópicos de discussão. Então, para a mídia, eu acredito que seria muito interessante... O que eles têm de entender é como manusear ou como lidar com os dados. Hoje nós estamos desenvolvendo um trabalho no Quênia nesse sentido, com a mídia.

Bom, estou aberto para discutir mais sobre isso, uma vez que esta sessão esteja concluída. Mas, além disso, falando sobre os cidadãos e sobre como a tecnologia faz com que os cidadãos possam se engajar, também é muito importante esse ponto porque a definição entre o que a mídia e o que a população... O que a população realmente está acessando?

Nós temos aí uma abordagem dual. Temos de ter um programa no qual esses pontos de entrada sejam significativos e essas lacunas não sejam tão grandes. E também temos de começar a focar programas que estão especificamente



relacionados àquelas populações que estão participando ativamente nesses programas.

Acredito que seria interessante a participação da mídia aí, mas o Instituto Banco Mundial poderia também ajudar nesse sentido, para engajar a população e para fazer com que as pessoas entendam que a tecnologia pode facilitar esse processo. E a mídia não tradicional, não convencional, pode também ajudar nesse sentido.

Bom, com relação às mídias emergentes, alguém pediu sugestões. Eu tenho aqui, por exemplo, a mídia social, a mídia que utiliza jogos interativos para explicar às pessoas como o Legislativo funciona, a partir dessa perspectiva. Isso também é muito útil.

E, com relação à mídia não tradicional, acredito que a televisão e o rádio podem desempenhar um papel muito significativo. Por exemplo: no Congo, estamos fazendo um programa no qual reunimos informações de cidadãos utilizando o celular como plataforma. Temos outras plataformas em que podemos reunir várias informações dos cidadãos e fazer com que sejam inteligíveis para os cidadãos.

Também no Congo há algumas lacunas. Tivemos um desafio: estávamos reunindo informação das tecnologias de comunicação a partir dos cidadãos, mas não podíamos utilizar todas as tecnologias para mostrar esses resultados aos cidadãos. O que acontece? Muitas pessoas iam simplesmente pintar essas informações que acessam a partir dessas tecnologias nos muros das cidades.

Mesmo no Brasil e na Colômbia a iniquidade ainda vai persistir, ainda vai ser uma das grandes barreiras. E nós temos de assegurar que esses processos participatórios não continuem perpetuando iniquidade e não continuem empoderando aqueles que já são empoderados.

Na verdade, a ideia é a de oferecer lugares públicos em que outras pessoas podem também acessar esse tipo de informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Felipe.

Vamos passar a palavra de imediato ao nosso amigo John Wonderlich.

O SR. JOHN WONDERLICH (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Serei breve.



Bom, muitas questões se referiram a engajamento, a educação para o público. Pensando sobre uma decisão de política pública bastante negativa, acredito que custou mais do que o orçamento que foi oferecido a vários comitês, do que o montante que os legisladores utilizaram para o engajamento, para a biblioteca. Na verdade, não existe nenhuma fórmula para utilizar esse recurso. Não existe nenhuma receita. À medida que a Internet muda, que as políticas públicas mudam, isso pode ser totalmente reinventado para que se torne outra coisa.

Então, acredito que nós podemos considerar o papel que o Legislativo desempenha para educar os cidadãos. Nós temos de nos preocupar com o fato de que a educação deve ser um ponto crítico, um ponto inicial, mas não existe razão para que tenhamos de pensar em como o dinheiro está sendo usado nesse sentido. Não existe um equilíbrio. Na verdade, é um acidente.

Então, isso pode ser realmente reinventado, para que outro papel possa ser desempenhado, em outras áreas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, John.

Com a palavra o Sr. Andrew Mandelbaum, para as suas considerações.

O SR. ANDREW MANDELBAUM (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Obrigado. Vou fazer alguns comentários.

Essas são questões excelentes, e não sei se tenho as respostas conclusivas. Talvez eu tenha alguns pensamentos.

Independentemente do fato de a população poder acessar e se engajar de forma mais profunda ou não, acredito que nós temos de considerar primeiro quais são os incentivos para se engajarem. Muitas vezes, os cidadãos querem simplesmente uma resposta. Talvez queiram saber se suas ideias estão sendo utilizadas ou ouvidas.

Bom, essa é uma forma de pensar sobre o assunto. Talvez vocês possam fazer mais, quando levantarem alguma informação. Vocês poderiam perguntar para que elas usariam o *site*, por exemplo. Outro ponto: vocês poderiam colocar alguns *links* de vídeo. Bom, essas são algumas maneiras pelas quais percebo que é feito em alguns países.



Também é muito importante facilitar o engajamento dos cidadãos, tanto *off-line* quanto *on-line*. Em muitos países, descrições claras da legislação já ajudam muito para o ponto de partida da discussão. Então, nós não temos de ler toda a legislação para começar a entender o que está ali, para que avancemos para os pontos mais profundos.

Existe um PMO na Índia que trabalha em conjunto com os Estados Unidos. Eles criaram uma análise de quatro ou seis páginas da legislação. Isso se tornou muito útil para o Parlamento. Obviamente, demorou um pouco de tempo para que o Parlamento confiasse no trabalho deles, mas agora já existe todo um engajamento lá.

Eles também treinam os jornalistas sobre como lidar com as informações que vêm dos Parlamentos. Muitas vezes, os jornalistas não entendem os processos legislativos. Então, é um pouco difícil falar sobre eles do ponto de vista do jornalismo. Também muitas vezes nós desconsideramos a falta de tempo que os cidadãos têm para se engajarem.

Também a ideia de se engajar com o ensino médio e com a universidade é outra via. Talvez demore algum tempo fazer com que crianças pequenas comecem a entender como funcionam os processos legislativos, mas é crucial para que isso impacte de alguma maneira não só a criança, mas toda a família, pois seria interessante que eles também se engajassem.

O engajamento dos estudantes universitários é importante, para que eles comecem a ter acesso a aulas que falem de tecnologia. Com relação aos estudantes de Ciências Políticas, Economia e Direito, quanto mais cedo pensarem sobre isso é melhor, porque na verdade esse é também um ponto crítico.

Eu conheci dois professores do Brasil que estão interessados e já estão fazendo isso. Esses são os tipos de pessoas que podem ser úteis nesse processo.

As organizações que monitoraram os Parlamentos são também muito interessantes. Muitas vezes os cidadãos procuram isso. Às vezes nós fazemos isso. Temos, por exemplo, um centro de treinamento de mídia, com câmeras, luzes e tudo. Então, nós ajudamos essas organizações no sentido de que elas tenham seus próprios cenários para transmitir informações tanto para a mídia como para os cidadãos.



Nós trabalhamos com organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que trabalhamos com as organizações MPs para que elas possam ensinar os cidadãos como se engajarem, como podem fazer perguntas para alcançarem as respostas que lhes interessam. Elas ensinam às MPs como chegar a isso. Nós temos diálogos estruturados e nós já fizemos esse trabalho em muitos países. É algo bastante frequente que fazemos em programas relacionados com os Legislativos.

Temos algumas ideias para conseguir mais engajamento dessas organizações e dos cidadãos. O Cristiano começou a falar sobre alguns grupos. A ideia é que eles considerem que seja interessante a partir da própria perspectiva. Isso é chave, porque às vezes essas organizações querem mais confiabilidade e mais transparência no Parlamento. Então, começam com um posicionamento de confronto. Mas quando entendem que há uma vontade, um potencial de engajamento, eles mudam sua postura. Eles podem ser muito úteis também. Eu já vi isso em muitos países. A Itália é um grande exemplo, pois eles estão trabalhando com o pessoal do Legislativo, e têm um site bastante robusto.

Finalmente, com relação aos dados em formatos abertos, como o XML, eles são chave porque ajudam às organizações. Elas podem fazer análises de forma muito rápida e permitem que se chegue às questões realmente importantes para essas organizações e para os cidadãos.

Um modo de ter maior engajamento talvez seja um concurso com um prêmio de um montante pequeno, mas significativo, para que se estimule maior grau de interesse pelos dados.

Eu me encontrei com o grupo Accor do Brasil, e conheci uma pessoa que estava muito interessada em jogos interativos. Eles estavam tentando fazer um jogo com os processos legislativos. Eles estavam tentando fazer isso dentro de um modelo de jogo que é muito comum e que é jogado com frequência, como o Metrôpole, por exemplo. Eles agora estão também fazendo vídeos no Chile e no México.

Essas são, portanto, algumas ideias. Eu fico muito aberto e disponível para discutir essas ideias, como também estou muito aberto para discutir as questões que estão se dando no dia a dia e na vida prática das pessoas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Sr. Andrew. Vamos agora passar a palavra ao nosso amigo Sr. Tiago Peixoto para que faça sua manifestação.

O SR. TIAGO PEIXOTO - Eu vou tentar ser rápido porque não quero ficar entre vocês e o almoço.

Vamos falar da participação. Qual é o maior determinante da participação que conhecemos nas Ciências Políticas? É o que os cientistas chamam de eficácia política. A eficácia política pode ser dividida em duas partes: a interna e a externa.

Eficácia política interna é a capacidade que uma pessoa tem para fazer um julgamento sobre determinada questão. É por causa disso que educação é um grande determinante para a participação.

O outro componente, que é chamado de eficácia externa, é a percepção do impacto que a pessoa tem no processo. Se ela vota em alguma coisa e se o voto é ou não contado. O que acontece?

Na prática, mudar a eficácia política interna, ou seja, através da educação, é um processo demorado, de longo prazo, até conseguir que as pessoas se engajem.

A outra maneira, relativamente mais fácil, é melhorar a eficácia externa, ou seja, começar a dar resposta para o cidadão ou fazer sua opinião contar. Por exemplo, o orçamento participativo, quando é feito na Internet. Em alguns casos, aconteceu no Rio Grande do Sul, 20% da população participou na última consulta popular.

Esse nível de participação extraeleitoral é o mesmo que ocorria em Atenas antiga, um grau de mobilização incrível porque o processo, de fato, tem grande impacto. Eu acho muito importante a participação com impacto, sem ambiguidade.

Nós sabemos, por exemplo, que existem estudos no mundo observando isso, que o referendo, não o referendo, as consultas, as assembleias têm impacto em grau de participação quando são consultivas ou vinculantes. As vinculantes têm maior participação. É a mesma coisa para o cidadão. E eu acho que o mais importante é o cidadão saber que ele teve impacto. Olhem o exemplo da Loteria. Essa instituição já tem muitos usuários, mas, ainda assim, toda vez que há concurso, eles anunciam quem foi o vencedor, de onde ele é, porque as pessoas têm que perceber que há o impacto.



Rapidamente sobre a questão da educação do cidadão. De fato, a educação tem que melhorar, mas isso não quer dizer que a gente não deva criar instituições mais participativas. O fato de que o cidadão não esteja preparado para votar não invalida a instituição nem os representantes que estão nesta Casa. Essa é uma questão que fazemos em paralelo. Nós tentamos criar espaços para participação e melhorar as condições de participação. Se formos esperar 100% da população ser alfabetizada para abrir bibliotecas, estamos com algum problema.

Outra questão é o papel dos mediadores, os jornalistas. Muitas vezes eu fiz pesquisas sobre os *websites* das Assembleias Legislativas e vi que o usuário final não é o cidadão comum, mas sim o rádio e o jornal do interior. Esse é o mediador que estará transferindo essa questão.

Ao final houve um levantamento muito interessante sobre a dimensão. O Legislativo tem um aspecto bem diferente porque é um quadro do governo, mas tem centenas de chefes. Então, há sempre uma tensão entre o institucional e o Parlamentar. Esse é o equilíbrio que se encontra no dia a dia. Se alguém encontrar a fórmula certa para resolver isso, me avise, que eu vou parar e escrever um livro sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Tiago.

Quero concluir os trabalhos. Mais uma vez agradeço ao Dr. Rogério Ventura, nosso Diretor-Geral, ao Dr. Luiz Antônio Souza da Eira, Diretor do DECOM, à Sra. Mirna Castela, nossa assessora de eventos, à Sra. Cássia Botelho e à sua equipe da Taquigrafia, à Dra. Lucila e ao Dr. Vitor, à equipe do programa e-Democracia, Cristiano e Rogério, que estiveram mais diretamente conosco nesta Comissão, Alessandra e demais integrantes, o pessoal do COAUDI, nossos servidores, a nossa equipe, Socorro, Carla, Maedi, e Luciana, que foram fundamentais para o sucesso do evento.

Agradeço mais uma vez a todos, especialmente aos nossos palestrantes, que, certamente, com o seu conhecimento e contribuição, muito vão qualificar a ação legislativa da nossa Casa.

Srs. Parlamentares, todos os convidados, o meu muito obrigado.

Está encerrada a reunião.